

**EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA JUDICIAL DE AMPARO  
– SP**

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**Proc. 1000136-21.2017.8.26.0022**

**AGROPECUARIA TUIUTI S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, já devidamente qualificada nos autos supra, por seu advogado, vêm respeitosamente a presença de V. Exa., informar que protocolou o plano de Recuperação Judicial e planilhas, nos moldes do art. 53 e ss da Lei 11.101/05, contudo conforme contato do Sr. Administrador Judicial, fora solicitado novo protocolo tendo em vista que as vias anexadas por digitalização (devidamente assinadas pelos acionistas) não ficaram totalmente legíveis.

Nesse sentido, requer a juntada aos autos, da via original em pdf do plano sem as assinaturas dos acionistas, sendo esta via de igual teor a das já anexadas aos autos, sendo apenas para melhor visualização.

Termos em que  
Pede deferimento

Amparo/SP, 8 de maio de 2017.

---

**FERNANDO ALVES CAETANO**

**OAB/SP 351.137**



# PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

AGROPECUÁRIA TUIUTI S/A





**PLANO  
DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**AGROPECUARIA TUIUTI S/A  
Em Recuperação Judicial**

**NO ÂMBITO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL Nº 1000136-21.2017.8.26.0022  
JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
AMPARO- SP**

**MAIO - 2017**



*“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.*

*Art. 47, Lei 11.101/2005*



## SUMÁRIO

<b>1 - SUMÁRIO EXECUTIVO E VISÃO GERAL.....</b>	<b>7</b>
1.1 - Comentários iniciais.....	7
1.2 - Das medidas e objetivos básicos do plano.....	8
<b>2 - A HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DA “TUIUTI” .....</b>	<b>11</b>
2.1 - Onde tudo começou .....	11
2.2 - Estrutura “TUIUTI” .....	15
2.2.1 - Fluxograma da produção.....	15
2.2.2 - Equipe.....	19
2.3 - Estrutura societária.....	20
2.4 - Organograma da “TUIUTI” .....	20
2.5 - Missão.....	20
2.6 - Visão.....	21
<b>3 - HISTÓRICO DO FATURAMENTO DA EMPRESA.....</b>	<b>22</b>
<b>4 - DADOS DA ÁREA COMERCIAL .....</b>	<b>24</b>
4.1 - Produtos comercializados pela “TUIUTI” .....	24
4.2 - Área de atuação comercial .....	35
<b>5 - ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA “TUIUTI”.....</b>	<b>37</b>
5.1 - Geração Empregos .....	37
5.2 - Aspectos ambientais.....	37
<b>6 - ANÁLISE DE MERCADO.....</b>	<b>42</b>
6.1 - Cenário macroeconômico.....	42
6.2 - A economia brasileira.....	44
6.3 - Desempenho do setor no Brasil .....	45
6.4 - Perspectivas da “TUIUTI” .....	46
<b>7 - CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DA “TUIUTI” .....</b>	<b>47</b>
7.1 - Fatores externos .....	47



7.1.1 - Retração do mercado e a variação do preço da matéria prima .....	47
7.1.2 - Recorrência a bancos e elevado custo financeiro .....	49
7.1.3 - Redução das linhas de crédito .....	50
7.1.4 - Reajustes de mão de obra superiores à inflação.....	51
7.1.5 - Política tributária.....	51
7.2 - Fatores internos.....	52
7.2.1 - Estratégia ineficaz de crescimento .....	52
7.2.2 - Impacto do custo de Energia Elétrica.....	53
7.2.3 - Elevado grau de investimento .....	53
<b>8 - DA REESTRUTURAÇÃO DA “TUIUTI” (art. 53 da LRE).....</b>	<b>54</b>
8.1 - Medidas já adotadas ou em fase de implementação pela administração	54
8.1.1 - Gestão Industrial.....	54
8.1.2 - Gestão da área comercial .....	55
8.1.3 - Gestão Administrativa.....	56
8.1.4 - Outros meios de recuperação .....	57
<b>9 - DAS PREMISSAS ECONÔMICAS FINANCEIRAS ADOTADAS NESTE PLANO (Art. 53, II, da LRE) .....</b>	<b>58</b>
9.1 - Viabilidade econômica .....	58
9.2 - Premissas utilizadas para as projeções financeiras .....	59
<b>10 - ATIVOS .....</b>	<b>61</b>
10.1 - Capital tangível.....	61
<b>11 - CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES .....</b>	<b>62</b>
<b>12 - DO PAGAMENTO AOS CREDORES.....</b>	<b>63</b>
12.1 - Proposta de pagamento aos credores da classe I - Trabalhistas.....	63
12.1.1 - Credores trabalhistas que tiverem seus créditos reconhecidos e habilitados após a elaboração da 2ª relação geral de credores .....	64
12.1.2 - Encargos sociais.....	64
12.2 - Pagamento aos credores da classe II - Garantia Real.....	64
12.3 - Pagamento aos credores da classe III - Quirografários.....	65



12.4 - Pagamento aos credores da classe IV - Quirografários ME/EPP.....	67
12.5 - Credores/fornecedores Colaborativos - Condição para Aceleração dos Pagamentos.....	69
12.5.1 - Fornecedores Colaborativos e Prestadores de Serviços .....	69
12.5.2 - Financiadores Colaborativos .....	70
12.6- Compensação.....	72
12.7 - Leilão Reverso de Créditos e da Geração de Caixa.....	72
12.7.1 - Utilização de Leilão Reverso .....	72
12.8 - Outras considerações sobre as propostas de pagamento a credores .....	73
12.9 - Créditos com garantia real e quirografários reconhecidos após a segunda relação de credores divulgada pelo Administrador Judicial.....	73
12.10 - Prazos para pagamento .....	73
12.11 - Impostos .....	74
13.1. - Suspensão das ações de recuperação de crédito.....	75
13.2. - Novação da dívida.....	76
13.3. - Suspensão da publicidade dos protestos .....	76
13.4. - Pagamento aos credores ausentes ou omissos .....	76
13.5. - Descumprimento do Plano .....	77
14 - VENDA DE ATIVOS.....	78
15 - DA FALÊNCIA.....	79
16 - RESUMO “CONCLUSÃO” .....	81



## 1 – SUMÁRIO EXECUTIVO E VISÃO GERAL

### 1.1 – Comentários iniciais

A Lei nº. 11.101/2005 traz em seu Art. 47 a essência da recuperação judicial de empresas, ou seja, visa à manutenção do negócio e do emprego dos trabalhadores, bem como o pagamento dos créditos devidos, mantendo o pleno exercício de sua função social.

Assim, nos termos do art. 53, da referida Lei a empresa AGROPECUARIA TUIUTI S/A, sociedade empresária de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº 46.732.210/0001-75, domiciliada na Cidade de Amparo, Estado de São Paulo, na Rodovia SP Estadual 107, s/nº, Km 3,5, Bairro Duas pontes, CEP 13.908.901, doravante denominada “TUIUTI”; e suas filiais localizadas a: Unidade II – CNPJ: 46.732.210/0003-37, domiciliada no município de Itapagipe - MG, à Rodovia MG 255 - km 47,5 – Zona Rural, CEP 38240-000: Unidade III – CNPJ 46.732.210/0004-18, domiciliada no município de São Paulo – SP, Rua Coronel Guilherme Rocha, nº 288, Jd. Andaraí, CEP 02167-030: Unidade IV – CNPJ: 46.732.210/0007-60, domiciliada no município de Biguaçu - SC, Rodovia SC 407 S/N Galpão 06, sala 01, CEP 37140-000: Unidade V – CNPJ: 46.732.210/0008-41, domiciliada no município de Areado - MG, Rua Osório Maciel de Faria, 170 Sala 01, CEP 37140-000.

Para elaboração do Plano de Recuperação, a diretoria da empresa **AGROPECUARIA TUIUTI S/A – Em Recuperação Judicial**, doravante denominada “TUIUTI”, com extrema vontade e empenho para atingir seus objetivos, contou com a prestação de serviços dos colaboradores da empresa, diversos deles trabalhando há vários anos, além de assessorias externas, para elaborar o presente Plano.

Considerando-se o prazo para a apresentação do plano de recuperação judicial, que é de 60 (sessenta) dias úteis da publicação do despacho que deferiu o processamento do pedido, não fez parte do escopo dos trabalhos a realização de uma “*due diligence*”, valendo ressaltar que os advogados e consultores contratados trabalharam com os dados levantados juntamente com a equipe da “TUIUTI”, e foram devidamente apreciados e analisados.

Sendo assim, apresenta este plano de recuperação judicial, elaborado com estrita observância do espírito norteador da Lei de Recuperação de Empresas, visando buscar um direcionamento e ponto comum entre a relevante função social da “TUIUTI”, empresa tem por objeto a exploração e comercialização própria e de terceiros de produtos alimentícios, leite e laticínios, refrigerantes em geral, sucos, suplementos alimentares e produtos destinados à defesa e à proteção da saúde, dietéticos e para suprir carência vitamínica, bem como repositores hidroeletrólíticos.



O Plano de Recuperação é apresentado com todas as premissas aplicadas para a sua construção, incluindo a projeção de resultados e fluxo de caixa para os próximos exercícios, o que permite uma visualização clara e objetiva do desempenho econômico-financeiro durante a sua vigência, e conseqüentemente, sua viabilidade e capacidade de pagamento a seus credores.

## 1.2 – Das medidas e objetivos básicos do plano

O presente Plano tem por objetivo reestruturar a “**TUIUTI**”, para que a mesma supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade aos negócios.

Este Plano procura projetar o impacto das medidas administrativas e operacionais que foram e serão implementadas para que a “**TUIUTI**” alcance um lucro operacional adequado e sustentável ao longo dos próximos anos, o que possibilitará sua sustentação econômica e financeira. O presente Plano de Recuperação procura também, de forma clara e objetiva, demonstrar que a empresa possui viabilidade e como será o fluxo de pagamento para quitação de suas dívidas.

Para a elaboração do presente Plano foram analisadas, dentre outras, as seguintes áreas: estrutura dos ativos da empresa, estrutura organizacional, administrativa e financeira, compras, análise mercadológica, planejamento estratégico em vendas, área industrial, planejamento e controle de produção, custos, logística e recursos humanos. Assim, a análise destas áreas em conjunto com a avaliação do desempenho financeiro da empresa foi base para nortear as ações a serem tomadas visando a sua recuperação.

Portanto, os principais objetivos do Plano de Recuperação, são:

- a. Preservar a “**TUIUTI**” como entidade geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da sua função social;
- b. Permitir que a “**TUIUTI**” supere sua momentânea dificuldade econômico-financeira, dando continuidade à sua atividade social e econômica gerando riqueza nas regiões em que opera;
- c. Atender aos interesses dos credores da “**TUIUTI**”;
- d. Reestruturar e equalizar as operações, direitos e ativos, da “**TUIUTI**”;
- e. Otimizar as operações industriais existentes, buscando eficiência operacional de forma a ter economia e controle efetivo de custos e despesas, maximizando as margens de contribuição;



- f. Preservar a “TUIUTI” como uma empresa, genuinamente brasileira, cujos ativos contribuem para o mercado de produtos para construção civil e industrial.

Desta forma, a viabilidade futura da “TUIUTI” não depende só da solução de seu endividamento atual, mas também, e fundamentalmente, de ações que visem à melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Sendo assim, as medidas identificadas no Plano de Reestruturação estão incorporadas a um planejamento estratégico para os próximos exercícios.

As projeções foram desenvolvidas por consultoria especializada, apoiada pela área financeira da “TUIUTI”, considerando que o mercado continuará em crescimento conservador e contínuo, lembrando que a técnica utilizada foi a do justo meio termo, para que não fosse por demais conservadora, e, por conseguinte, inapta, ou que fosse otimista a ponto de ultrapassar a barreira da realidade ou que pudesse trazer expectativa errônea a todos.

A relação completa e detalhada das medidas a serem adotadas pelos gestores e em fase de implantação está descrita nos itens seguintes, dentre as quais se destacam:

a) Gestão Industrial

- Instalação da nova caldeira;
- Automatização do processo estocagem;
- Reativação tetra Base “Menor Custo”;
- Manutenção periódica das máquinas;
- Instalação de novas máquinas; e
- Automatização da paletização.

b) Gestão Comercial

- Reestruturação da área comercial;
- Análise do perfil dos clientes;
- Treinamento da equipe de vendas; e
- Implantação de ferramentas – Indicadores de performance.

c) Gestão Administrativa / Financeira

- Contratação de consultoria especializada em Gestão de Crise;
- Readequação do organograma funcional;
- Redução de gastos fixos; e



- Busca de melhores fontes de financiamento e recomposição do capital de giro.

O objetivo final é equacionar o passivo da empresa e alavancar as atividades visando obter resultados sustentáveis.

Eventuais medidas adicionais serão avaliadas após a apresentação do Plano de Recuperação. Entretanto, como essas medidas requerem uma investigação mais profunda, os impactos destas não foram incluídos nos resultados operacionais aqui abordados.



## 2 - A HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DA “TUIUTI”

### 2.1 - Onde tudo começou

Desde 1976 a “AGROPECUARIA TUIUTI S/A”, que explora a marca “SHEFA”, iniciou suas atividades produzindo leite com rebanho próprio da Fazenda São Francisco, no município de Amparo/SP.

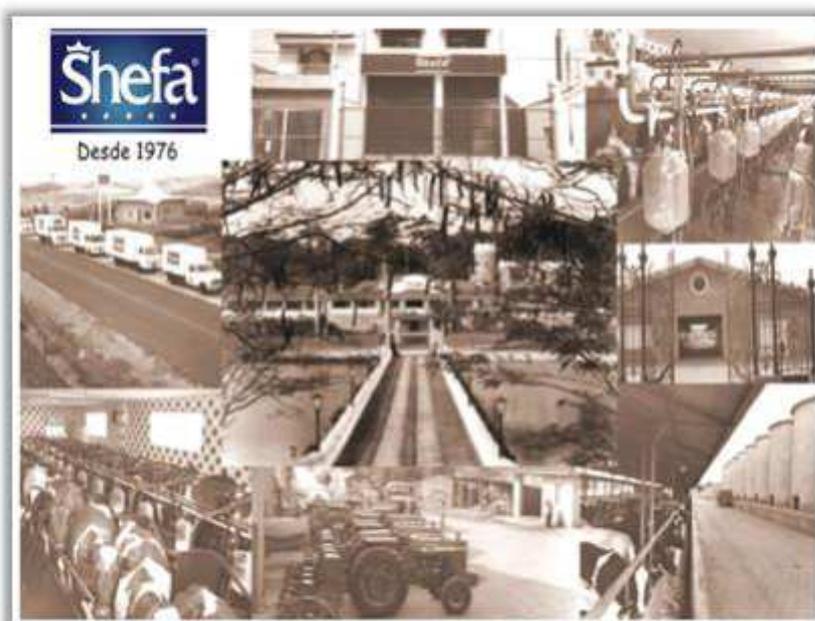


Imagem 1976



Entrada principal do estabulo em 1980



Local de ordenha das vacas em 1980



Após a sua fundação e visando a necessidade no ganho da produção a empresa iniciou o processo de envase de leite pasteurizado em 1983. Em meados de 1992 a empresa teve a sua primeira embalagem pasteurizado e um ano depois deu-se início ao processo de envase de leite UHT.



Início da operação de leite pasteurizado em 1983



Reportagem evidenciando o início da operação com embalagens cartonadas em 1992.

Em 1996, visando diversificar o mix de produtos a empresa iniciou a produção de bebidas à base de frutas. Com o sucesso da fábrica e observando uma grande capacidade de mercado, a empresa efetuou um investimento e ampliou a capacidade de envase junto com a instalação do primeiro esterilizador com injeção direta.



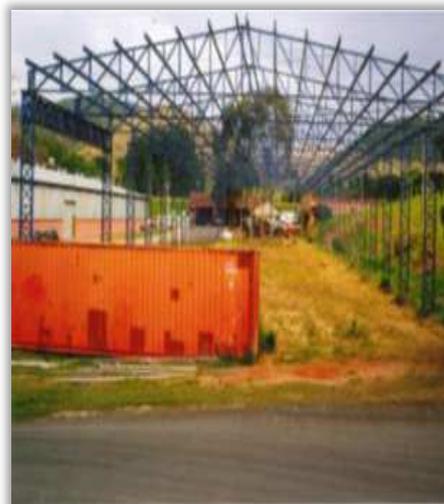
Reportagem evidenciando o início da operação com bebidas à base de frutas em 1996



### Ampliação da estruturar fabril entre os anos de 2006 e 2009



**Início de construção do segundo galpão de produto acabado em 2006**



**Construção de galpão em 2006**



**Construção planta de mistura 2009**



**Construção galpão de produto acabado número 3 em 2009**

A “TUIUTI”, em 2011 efetuou a instalação da primeira linha de engarrafamento de dupla camada da américa latina.

Como podemos notar a empresa vem ao longo da sua história efetuando altos investimentos em tecnologia, pesquisa e matéria-prima e os melhores profissionais, vem ampliando e diversificando sua linha de produtos para atender a preferência de todos os consumidores, dando atenção especial à crescente demanda por produtos mais saudáveis. Por isso, além de vários tipos de leite longa vida e bebidas lácteas, produz diversas bebidas à base de soja, chás, refrescos e néctares de frutas prontos para beber, mantendo aquele



inconfundível gostinho da fazenda.

Diante disso, durante sua trajetória conquistou lugar de destaque no mercado brasileiro, tendo se destacado no envasamento dos produtos em garrafas, tornando líder nesse segmento (envase em garrafas), atendendo principalmente o comércio varejista e grandes redes de supermercados.

Atualmente, a “TUIUTI” possui atividades nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e devido ao nível de excelência dos seus produtos e na prestação dos serviços de entregas e inequívoco reconhecimento no mercado brasileiro e é uma das principais empresas de laticínios do Estado de São Paulo, tendo faturamento acumulado entre os anos de 2014 e 2016 de mais de 1 bilhão de reais.



Foto da unidade fabril em 2017



Imagem aérea da unidade fabril em 2017



## 2.2 - Estrutura "TUIUTI"

Para figurar entre um dos maiores players do mercado na industrialização de leite, a "TUIUTI", manteve a busca incessante pelo avanço na qualidade e tecnologia de seu parque fabril.

Tudo começou no ano de 1976, na fazenda São Francisco, no município de Amparo/SP com produção de leite própria. A "TUIUTI" veio crescendo ao longo dos anos e teve a primeira linha de garrafa dupla da América Latina em 2011, e que, nos dias de hoje, continua sendo a única implantada nos níveis de qualidade exigidos internacionalmente. Com essa linha, a empresa conseguiu parcerias com grandes empresas do mesmo segmento, para produção e envase de produtos de grandes marcas do mercado nacional.

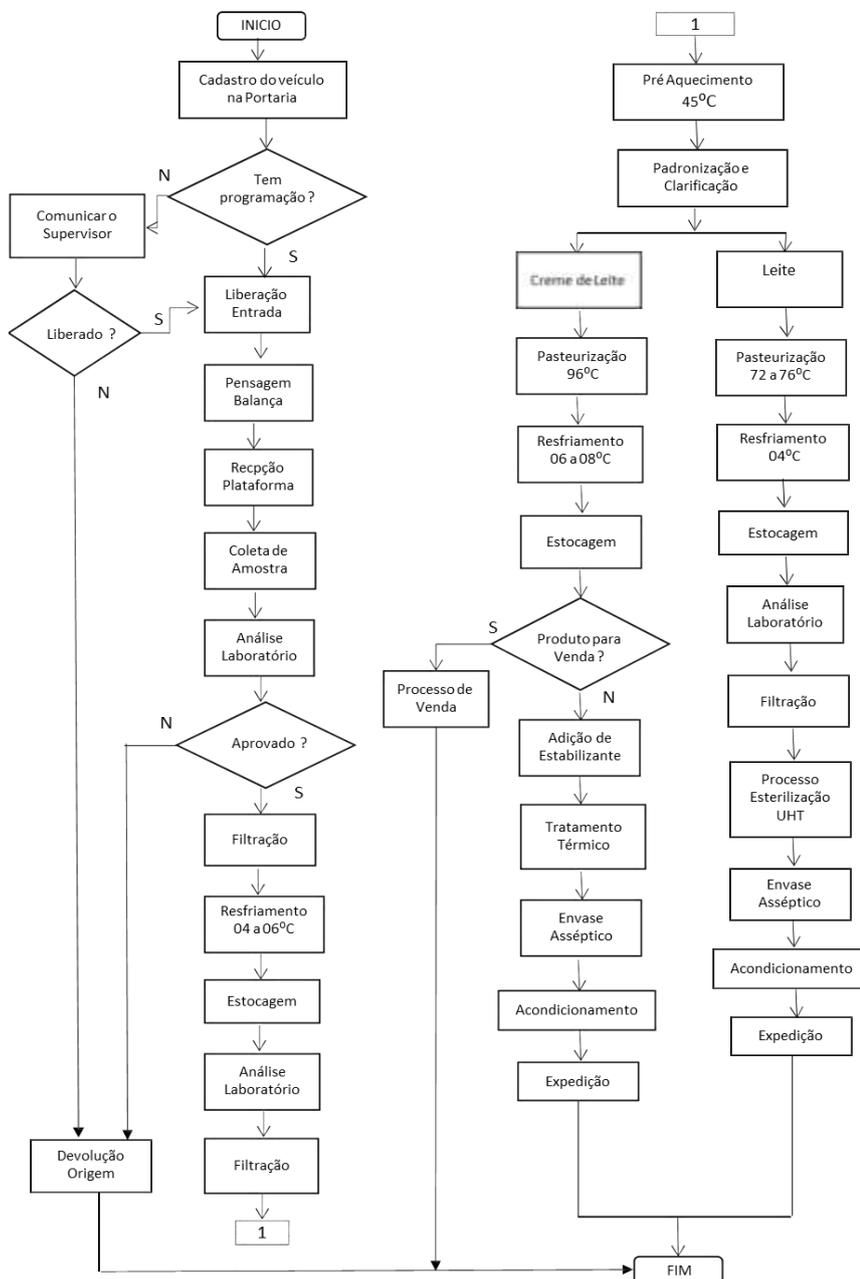
A unidade produtiva está localizada no município de Amparo, Estado de São Paulo, na Rodovia SP Estadual 107, s/nº, Km 3,5, Bairro Duas pontes. Esta unidade é responsável por toda distribuição no Estado de SP e Minas Gerais. Para isso, conta com uma área de 40.373,76 m<sup>2</sup>.

### 2.2.1 - Fluxograma da produção

Apresentamos a seguir o resumo do fluxo de produção:



	<b>FLUXOGRAMA DE PROCESSO</b>	<b>FLU-USI001/00</b>
--	-------------------------------	----------------------





**Cadastro e pesagem do veículo na portaria.**



**Recepção na plataforma**



**Coleta de amostra**



**Usina**



**Silo de armazenamento de leite pasteurizado**



**VTS - Esterilizador**



**Maquinas de envaze**



**DES - Encaixotamento**



**Paletização**



**Transferência da produção para o armazém**



**Armazenamento**



**Carregamento**



Carregamento de carga para entrega



Pesagem final do veículo para entrega.

### 2.2.2 – Equipe

Cada colaborador da “TUIUTI” contribui para o crescimento da empresa, a qual busca atrair as pessoas mais talentosas, valorizando o potencial humano e criando um ambiente organizacional e motivacional que permite a busca pela excelência e pela superação dos resultados. Portanto, o capital humano é um conjunto de conhecimentos, treinamento e capacidades das pessoas que lhes permitem realizar trabalhos úteis com diferentes graus de complexidade e especialização.

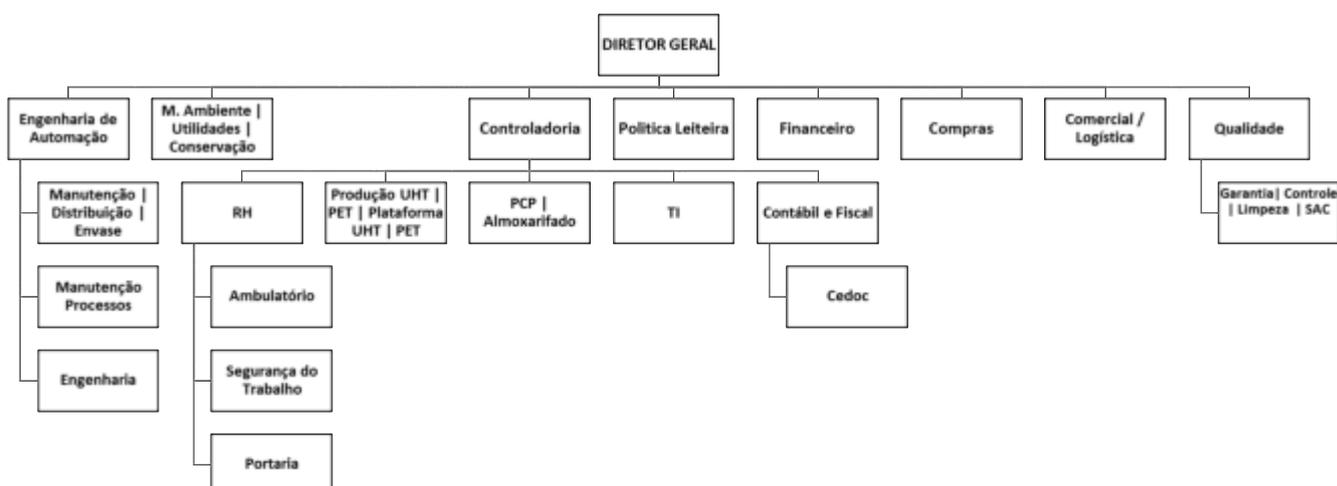
Atualmente conta com 370 (trezentos e setenta) colaboradores ativos, todos envolvidos e comprometidos com o sucesso da empresa, pois sabem que este sucesso representa os deles próprios e de nossos clientes. Com a mudança constante do contexto econômico, as pessoas se tornaram definitivamente um diferencial competitivo. Deste modo, torna-se cada vez mais evidente a demanda das organizações por novas ferramentas e estratégias de gestão, nas quais a ideia principal é “investimento em capital humano” e a “TUIUTI” está inserido nisso.



### 2.3 – Estrutura societária

AGROPECUARIA TUIUTI S/A - CAPITAL SOCIAL R\$ 5.112.015,00		
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA		
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANT.	%
JOAO EDSON SORIO	5.112.005,00	99,9998%
JOAO SIDNEI SILVEIRA LEITE	10,00	0,0002%
<b>TOTAL</b>	<b>5.112.015,00</b>	<b>100%</b>

### 2.4 – Organograma da “TUIUTI”



### 2.5 – Missão

Produzir alimentos seguros e saudáveis atendendo aos mais elevados padrões de qualidade, baseados em inovação e tecnologia, garantindo o compromisso com a satisfação e a transparência com consumidores, colaboradores, fornecedores e clientes aliados ao respeito ao meio-ambiente e a comunidade.



## 2.6 - Visão

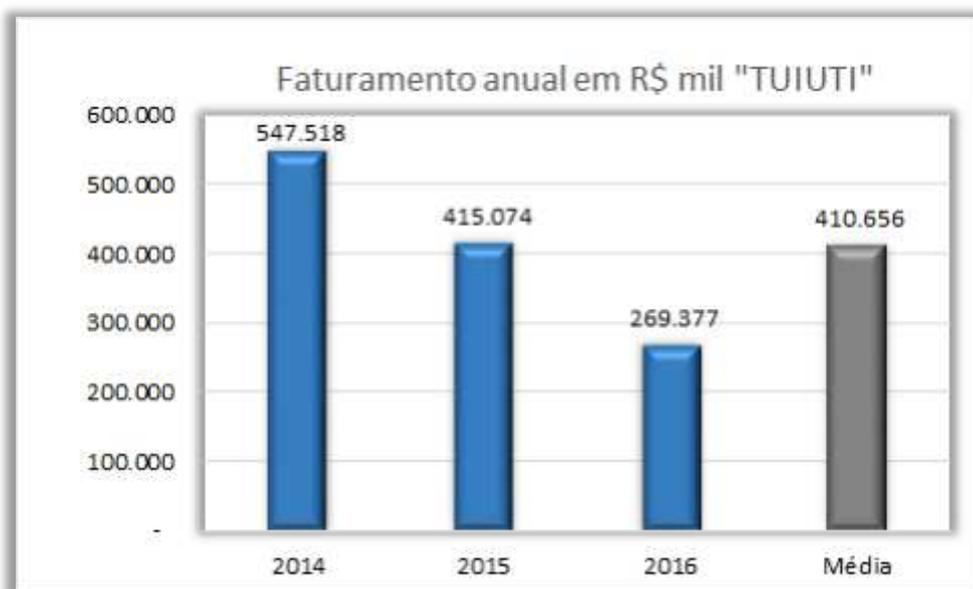
A "TUIUTI" tem como visão:

- Ser reconhecida como empresa de valores humanos, de inovação tecnológica, responsável pela manutenção dos padrões éticos e de credibilidade, com foco na capacitação de pessoas, na superação das expectativas de seus clientes e parceiros e assumindo o seu papel no desenvolvimento da sociedade e na preservação do meio-ambiente.
- Atingir níveis de rentabilidade compatíveis com seus investimentos, através de um novo, eficaz e contemporâneo modelo de gestão;
- Honrar seu compromisso com o programa de recuperação judicial objetivando seu retorno a um regime operacional normal.



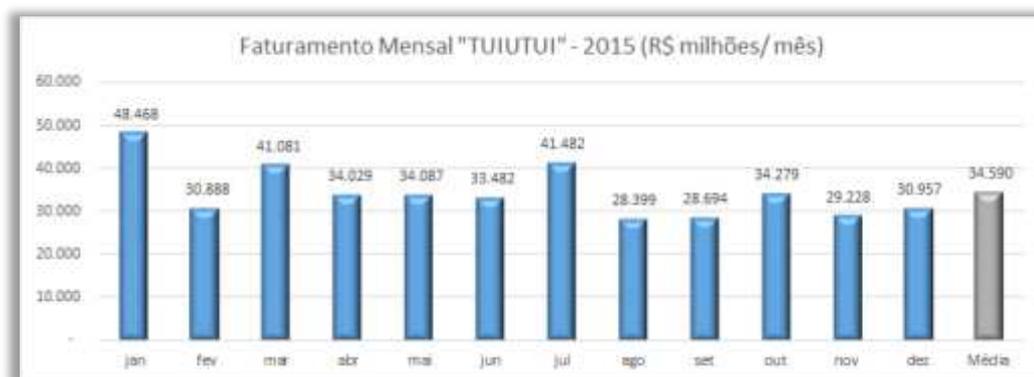
### 3 - HISTÓRICO DO FATURAMENTO DA EMPRESA

Nos últimos exercícios, a “TUIUTI” obteve faturamento médio anual (de 2014 a 2016) de R\$ 410.656 milhões, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:



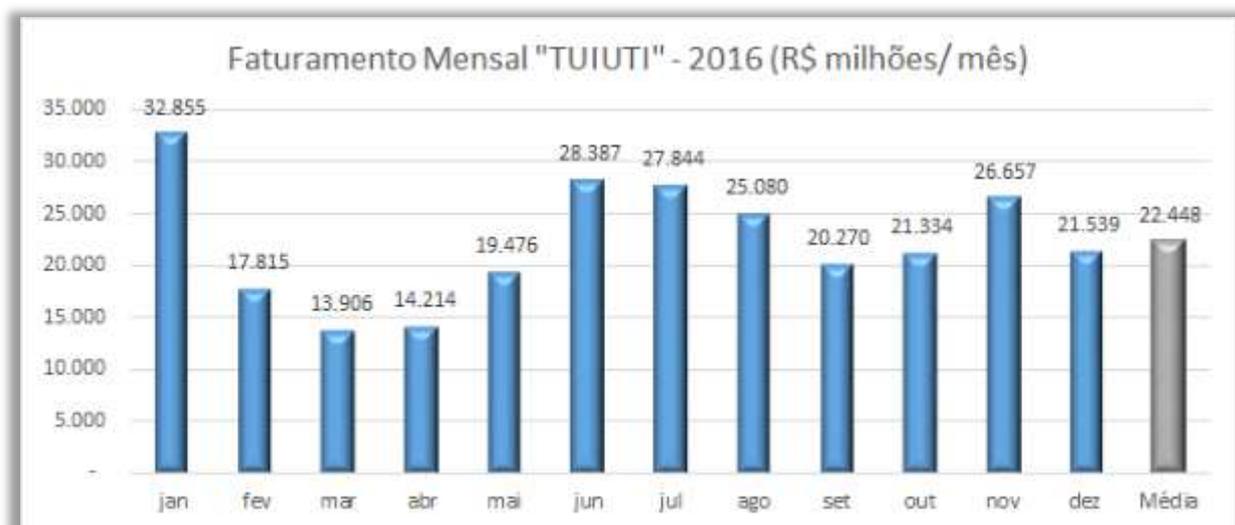
Fonte: Departamento Contábil - “TUIUTI”

Em 2015, a “TUIUTI” auferiu faturamento médio mensal (janeiro a dezembro) de R\$ 34.590 milhões, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: Departamento Contábil - “TUIUTI”

Em 2016, como fora descrito neste relatório houve uma redução considerável em relação a 2015, onde a “TUIUTI” auferiu faturamento médio mensal (janeiro a dezembro) de R\$ 22.448 milhões, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: Departamento Contábil - "TUIUTI"



## 4 – DADOS DA ÁREA COMERCIAL

### 4.1 - Produtos comercializados pela “TUIUTI”

A “TUIUTI” foi construída com o compromisso e o respeito de parceiros e clientes, fazendo com que todos os esforços se transformem em produtos saudáveis e seguros para alimentação. O principal objetivo da empresa é garantir a segurança alimentar com qualidade e satisfação dos consumidores.

A “TUIUTI” é reconhecida no mercado como uma das mais tradicionais empresas do segmento de lácteos do Estado de São Paulo, também é reconhecida pela inovação, qualidade de seus produtos e preços competitivos, oferecendo produtos saudáveis que atendem as necessidades dos clientes e dos consumidores mais exigentes.

A “TUIUTI”, possui uma vasta linha de produtos, composta pelos grupos de Leites, Leites Especiais, Néctar, Chás, Bebidas à base de Soja, Achocolatados, Cranberry, Refrescos e produtos para Culinária.

A linha de Leites é a que mais contribui, atualmente, para o faturamento da empresa. A constituição dessa família conta com diversos produtos e configurações de embalagens, mas a base é o Leite “UHT” (*ultra high temperature*), que pode ser Integral, Semi-Desnatado, Desnatado, Zero Lactose ou Especial com funções específicas para o organismo, como o *Benecol*.<sup>1</sup>

Apresentamos a seguir todos os produtos vendidos pela empresa, vejamos:

- **Leite**

A empresa possui como seus produtos o Leite integral, Leite semi desnatado e o Leite desnatado conforme demonstrado abaixo;

---

<sup>1</sup> *Benecol* - Fitoestanois ou Fitoesteróis: Os fitoesteróis auxiliam na redução da absorção de colesterol. Seu consumo deve estar associado a uma alimentação equilibrada e hábitos de vida saudáveis



**Leite integral UHT**



**Leite Semi Desnatado UHT - Garrafa**



**Leite Desnatado UHT - Garrafa**



**Leite Integral UHT**



**Leite Semi Desnatado UHT**



**Leite Desnatado UHT**



Leite Integral UHT - Embalagem Tetra Pak



Leite Semi desnatado UHT - Embalagem Tetra Pak



Leite Desnatado UHT - Embalagem Tetra Pak



Leite Integral UHT - Embalagem Tetra Pak Edge



Leite Semi Desnatado UHT - Embalagem Tetra Pak Edge



Leite Desnatado UHT - Embalagem Tetra Pak Edge

- Especiais**

A empresa possui dois produtos “especiais” que são, Bebida Láctea UHT com Fitoestanois – Benecol e Leite Semi Desnatado UHT Zero Lactose - Embalagem garrafa PET onde o leite Benecol auxilia na redução da absorção de colesterol e o Zero lactose foi desenvolvido para as pessoas que intolerância a lactose.



Bebida Láctea UHT com Fitoestanois – Benecol



Leite Semi Desnatado UHT Zero Lactose - Embalagem garrafa PET

- Néctar

São produtos de diversos sabores produzidos sem conservantes e sem glúten vendidos em embalagens de 1 litro e de 200 ml.



Néctar de Laranja



Néctar de Maracujá



Néctar de Pêssego



**Néctar de Tangerina**



**Néctar de Uva**



**Néctar de Laranja 200 ml**



**Néctar de Maracujá 200 ml**



**Néctar de Pêssego 200 ml**



**Néctar de Tangerina 200 ml**



Néctar de Uva 200 ml

- **Chás**

São chá verde gelado nos sabores de limão e pêsego.



Chá Verde sabor Limão



Chá Verde sabor Pêssego



- **Bebidas à base de soja - Linha Sabores**

A empresa desenvolveu uma linha de bebidas à base de soja de diversos sabores que são vendidos em embalagens de 1 litro e 200 ml.



Bebida à Base de Soja sabor Frutas Vermelhas



Bebida à Base de Soja sabor Laranja e Pêssego



Bebida à Base de Soja sabor Maçã



Bebida à Base de Soja sabor Maracujá



Bebida à Base de Soja sabor Uva



Bebida à Base de Soja sabor Frutas Vermelhas 200 ml



Bebida à Base de Soja sabor Maçã 200 ml



Bebida à Base de Soja sabor Laranja e Pêssego 200 ml



Bebida à Base de Soja sabor Uva 200 ml

- **Bebidas à base de soja - Linha Original**

A empresa desenvolveu uma linha de bebidas à base de soja da linha original.



Bebida à base de soja Original



Bebida à base de soja Chocolate



- **Bebida à base de soja sabor Maçã Zero**

Além das bebidas à base de soja original e com sabores, a empresa desenvolveu uma bebida também à base de soja com zero de açúcar no sabor de maçã.



**Bebida à base de soja Original**

- **Cranberry**

Produto a base de cranberry sem glúten.



**Cranberry**



- **Achocolatados**

A empresa possui produtos achocolatados vendidos em embalagens de 1 litro, 200 ml e o achocolatado em pó.



**Achocolatado 1L**



**Achocolatado em Pó**



**Achocolatado 200ml**

- **Refrescos**

A empresa possui produtos de sabres mistos vendidos em embalagens de 1 litro, 200 ml.



**Refresco Misto sabor Laranja**



**Refresco Misto sabor Maracujá**



**Refresco Misto sabor Pêssego**



**Refresco Misto sabor Uva**



**Refresco Misto sabor Laranja 200ml**



**Refresco Misto sabor Maçã 200ml**



**Refresco Misto sabor Maracujá 200ml**



**Refresco Misto sabor Pêssego 200ml**



**Refresco Misto sabor Uva 200ml**



- **Culinária**

A empresa produz creme de leite sem glúten.



Creme de Leite UHT

#### 4.2 - Área de atuação comercial

A “**TUIUTI**” possui uma carteira com aproximadamente 3.146 clientes (dados dos últimos 12 meses – Fonte: Departamento Comercial).

Para entender a grande gama de clientes espalhados atualmente pelo o estado de São Paulo, a área comercial da “**TUIUTI**” conta com uma equipe de 84 colaboradores, sendo 69 representantes comerciais e 15 colaboradores na área Comercial.

A “**TUIUTI**” tem o foco no mercado interno do estado de São Paulo buscando sempre o atendimento com maestria de seus clientes, com entrega pontual e constância de qualidade. A distribuição logística é realizada por meio de modal rodoviário.

Apresenta-se a seguir relação dos 20 (vinte) maiores clientes em faturamento (dados referentes de março de 2016 a março de 2017):



<b>Posição em vendas</b>	<b>Clientes</b>
1º	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
2º	COVABRA SUPERMERCADOS LTDA
3º	PAGUE MENOS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
4º	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
5º	ENXUTO SUPERMERCADOS LTDA
6º	HIGA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
7º	SUPERMERCADOS BERGAMINI LTDA
8º	SUPERMERCADOS CAVICCHIOLLI LTDA
9º	SUPERMERCADOS IRMAOS LOPES S A
10º	TENDA ATACADO LTDA
11º	SILVA E BARBOSA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
12º	WAL MART BRASIL LTDA
13º	COOP COOPERATIVA DE CONSUMO
14º	SUPER MERCADO YAMAUCHI LTDA
15º	SUPERMERCADOS DALBEN LTDA
16º	GOOD BOM SUPERMERCADOS LTDA
17º	PETRUSO E PETRUSO SUPERMERCADOS LTDA
18º	OURO AZUL DISTRI. E IMP. DE PROD. ALIMENTICIOS LTDA
19º	GIGA BR DISTRIBUIDOR E ATACADISTA LTDA
20º	B A BARBOSA SUPERMERCADO LTDA



## 5 – ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA “TUIUTI”

### 5.1 – Geração Empregos

A “TUIUTI” tem função social importante à medida que emprega número expressivo de colaboradores de forma direta e outro tanto indiretamente.

Isso aumenta a sua responsabilidade social, intimando-a a melhor proteger o patrimônio humano formado por colaboradores altamente treinados e dependentes do destino da companhia.

A “TUIUTI” possui atualmente 391 colaboradores, distribuídos em diversas áreas que compõe suas operações (Administrativo, Indústria, Comercial e Logística).

Ressalta-se ainda, que as atuais operações da “TUIUTI” compreendem, além da manutenção dos atuais empregados, a geração de empregos indiretos ligados à sua operação (serviços terceirizados) além de outra quantia significativa de pessoas ligadas à outras empresas da região envolvidas nos processos operacionais da empresa.

### 5.2 – Aspectos ambientais

A saúde Ambiental hoje não é só uma preocupação do governo e de seus órgãos fiscalizadores é obrigação de todo cidadão evitar agressões ao Meio Ambiente, destarte é salutar enfatizarmos as ações que visam a preservação do Meio Ambiente, bem como a relevância dos processos de sustentabilidade.

A “TUIUTI”, em uma preocupação constante com o meio ambiente buscou desenvolver procedimentos e adequações em seu fluxo operacional para causar o menor impacto possível no meio ambiente.

Entre as principais adequações podemos citar as seguintes:

- Estação de tratamento de Efluentes - E.T.E.
- Resíduos Sólidos
- Estação de Tratamento de Água – E.T.A.
- Energia Elétrica
- Emissões Atmosférica



- **Estação de tratamento de Efluentes - E.T.E.**

A estação de tratamento de efluentes recebe os resíduos líquidos gerados na indústria que são originários de diversas atividades na indústria. Esses resíduos contêm leite e produtos derivados do leite, resíduos de matéria prima utilizado na preparação de bebidas, achocolatados e produtos químicos utilizados no processo de higienização de máquinas, tubulações, tanques e pisos.

O sistema é composto pelo tratamento físico-químico e biológico onde a capacidade de tratar  $60\text{m}^3/\text{h}$  de resíduos líquidos. Todo nosso sistema foi projetado para atender o artigo 18 do Decreto Estadual 8468/76, o artigo 16 da Resolução do Conama 430/2011 e os artigos 15 e 16 da Resolução do Conama 357/2005.



**Tanque de Equalização**



**Flotador**



**Lagoas Biológicas**



**Tanque de Aeração**



- **Resíduos Sólidos**

Os resíduos sólidos são provenientes de sobras do processo, sendo descartado na forma sólida, como restos de matéria prima, embalagens, lâmpadas, lodo proveniente do sistema de tratamento de efluentes e sistema de tratamento de água, lixo de escritório, lixo sanitário, entre outros. Os resíduos são acondicionados em locais adequados e destinados para processamento em locais autorizados pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo através de CADRI – Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental. A correta segregação e acondicionamento dos resíduos sólidos permitem a destinação correta com o menor custo além de reduzir os impactos ambientais.



Área de Estocagem de Resíduos



Estocagem de Lodo da E.T.E



Estocagem de Resíduos de Banheiro



Área de Prensagem de Resíduos Sólidos



Estocagem de Resíduos Metálicos



Estocagem de Resíduos de Papel e Plástico



- **Estação de Tratamento de Água – E.T.A.**

A estação de tratamento de água é responsável por todo o tratamento de água potável. A empresa conta com duas estações compactas de tratamento, uma com capacidade de tratamento de 40m<sup>3</sup>/h e outra com capacidade de tratamento de 60m<sup>3</sup>/h onde é tratada água superficial e 03 poços tubular profundo com capacidade de 37,08m<sup>3</sup>/h. Toda água tratada é destinada para refeitório, banheiros e processo produtivo, de acordo com os padrões de potabilidade da Portaria MS nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.



Área de Captação de Água



Estação Compacta de Tratamento de Água



Sala de Dosagem de Químicos

- **Energia Elétrica**

Visando a economia de energia elétrica a empresa adotou como procedimento para o aproveitamento solar como fonte de luz, para isso, utiliza telhas translúcidas em alguns setores da empresa, com isso foi possível manter a iluminação desligada no horário diurno, conseqüentemente diminuir o consumo de energia elétrica.



Área de Esterilização VTIS 1



Área de Estocagem de Produtos Acabados



Área de Estocagem de Produtos Acabados



Área de Revisão de Produtos

- **Emissões Atmosférica**

Visando reduzir os gases do efeito estufa a empresa está substituindo a caldeira movida a gás natural/óleo BPF por uma caldeira que utiliza biomassa como combustível.





## 6 – ANÁLISE DE MERCADO

As empresas não podem permitir-se ignorar os acontecimentos do mundo exterior. A interdependência das empresas entre si e destas com o Estado e com a economia internacional é patente. A sobrevivência empresarial depende, em grande parte do conhecimento dos fatos atuais e da previsão dos acontecimentos futuros, tanto do âmbito nacional quanto internacional.

Esta é uma condição de trabalho inerente ao próprio estágio de desenvolvimento pelo que está passando o Brasil. Em princípio é uma fase de constantes ajustes e reajustes, pois qualquer trabalho atual constitui apenas um teste para o futuro, cujo alvo é a meta do desenvolvimento global. O cenário econômico e financeiro nacional repercute sempre, direta ou indiretamente, sobre as atividades da empresa.

Buscando uma solução para o equacionamento financeiro e operacional da “TUIUTI” é preciso analisar as potencialidades que o mercado de sua atuação oferece.

Para gerir bem os negócios e agir nas oportunidades de mercado, deve estar atento às questões operacionais e alternativas possíveis de serem exploradas, sempre visando a manutenção da empresa como fonte geradora de emprego, renda, e participação ativa no mercado em que atua.

Assim, para uma correta análise mercadológica, é necessário observar o comportamento macroeconômico, para depois entrar especificamente no mercado de atuação da empresa.

Desta forma, passamos, a seguir, a nos aprofundar sobre essa questão mercadológica e análise de cenários econômicos.

### 6.1 – Cenário macroeconômico

O mundo em 2015 e 2016 passou e ainda passa por um período conturbado, economicamente o período foi caracterizado por uma deterioração de importantes economias emergentes, contrapondo os melhores resultados de alguns países desenvolvidos, conforme relatório do FMI. O fraco desempenho do comércio internacional, o menor fluxo de capitais e a queda dos preços de commodities são alguns dos motivos que explicam a queda do crescimento da economia mundial.



Crescimento do PIB no mundo

	2014	2015*	2016*
Mundo	3,4	3,1	3,2
Economias avançadas	1,8	1,9	1,9
Emergentes	4,6	4,0	4,1

Nota: \* estimado.

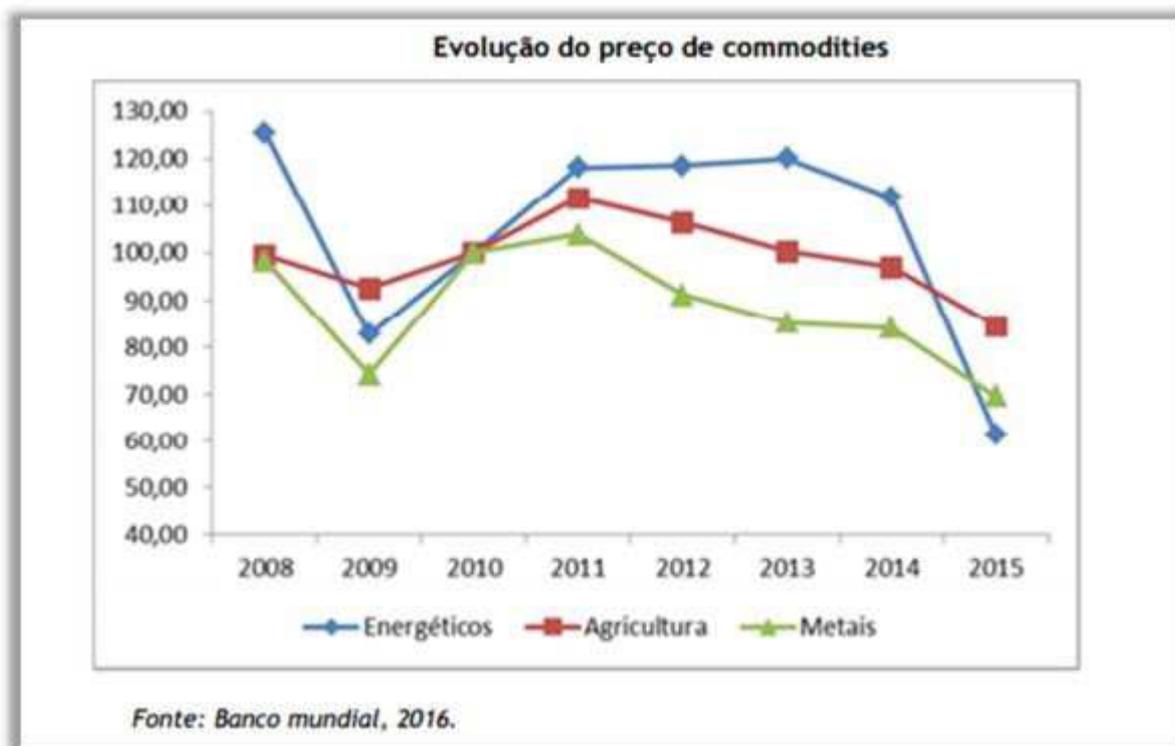
Fonte: FMI, 2016.

Ao longo do ano de 2016 a melhora nos indicadores da economia americana, especialmente em relação ao mercado de trabalho, culminou na elevação da taxa básica de juros. Com a elevação a taxa será o primeiro aumento da taxa de juros desde dezembro de 2015 e apenas o segundo nos últimos 10 anos. Por outro lado, os Estados Unidos passam por incertezas econômicas com a eleição do novo presidente.

O ano de 2016 foi bastante complicado para os países da União Europeia, com ocorrência de ataques e ameaças terroristas, além da questão imigratória que levou a grandes discussões acerca dos impactos econômicos e sociais para estes países. Além disso, a União Europeia tem um grande desafio, pois com a saída do Reino Unido do bloco, espera-se uma retração no seu poder político e comercial nos próximos anos.

Com relação aos países emergentes, a reduzida demanda internacional, o baixo preço das commodities e a restrição do fluxo de capitais em virtude do iminente aumento da taxa de juros americana contribuíram para o baixo nível de atividade em muitos desses países. Os piores desempenhos em 2015 foram da Rússia e do Brasil, com queda de 3,7% e 3,8%, respectivamente. Porém, a desaceleração também atingiu a China que fechou o ano com crescimento do PIB abaixo de 7%, menor resultado dos últimos anos. O pior desempenho chinês foi resultado especialmente da fraca atividade industrial, em virtude do excesso de capacidade de diversos setores. Assim, ao longo dos próximos anos, espera-se uma trajetória decrescente do PIB chinês em resposta às mudanças necessárias para alcançar esse novo padrão de crescimento. A redução da demanda deste país, dado o menor investimento e menor participação da indústria, continuará a afetar os preços internacionais das commodities e a balança comercial de diversos países, incluindo o Brasil.

O preço das principais commodities apresentou queda no ano de 2015. Entre os fatores que justificam essa redução, destacam-se o excesso de capacidade de oferta, gerado pelos altos investimentos nos anos de boom dos preços e a redução da demanda mundial.



## 6.2 – A economia brasileira

Um dos principais índices medidores do comportamento da economia brasileira é o **Produto Interno Bruto – PIB** que é analisado pela geração em períodos. O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente, da nacionalidade de quem os produz.

Segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), em suas previsões para o ano de 2017, o Brasil terá um desempenho considerado péssimo. Estimando que a recessão da economia brasileira em 2016 foi de 3,5% do PIB, para o ano de 2017 é previsto um crescimento de 0,02% o que pode ser visto apenas como um sinal de estabilização e não de crescimento segundo fonte do FMI.

A estimativa dos analistas do mercado financeiro para inflação deste ano é de uma redução com relação ao ano de 2016, acompanhando uma desvalorização do dólar ante o real. A mediana das projeções para o **Índice de Preços ao Consumidor – IPCA** que mede a inflação, registrou a inflação em 6,29% no ano de 2016. Para 2017, a meta de inflação é de 4,5% conforme divulgado pelo Banco Central.



A taxa básica de juros é o principal instrumento do Banco Central (BC) para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, o BC tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

Após um árduo ano de 2015, em que o Banco Central elevou a taxa de juros básica – SELIC, à 14,25%, maior patamar dos últimos 9 anos. Logo no início de do ano de 2017, o Comitê de Política Monetária - COPOM iniciou o processo de redução da taxa da SELIC, chegando no mês de março a com uma taxa de 12,25% ao ano, ou seja, um corte real de 2% em três meses. Isto significa, conforme o banco Central, uma mudança de postura da gestão de política monetária. Um dos fatores que contribuíram para essa aceleração no corte da taxa SELIC foi a queda nas projeções da inflação para o ano de 2017.

Segundo economistas, o corte na taxa de juros é um primeiro passo para a retomada do crescimento econômico e geração de empregos que o Brasil precisa.

De acordo com o a publicação do Banco Central do Brasil o dólar fechou a cotação do ano de 2016 por R\$ 3,20 e a estimativa para o ano de 2017 é do dólar em R\$ 3,30.

A alta do dólar e dos “preços administrados” (telefonia, água, energia, combustíveis, tarifas de ônibus, entre outros) pressionam os preços em 2016. Além disso, a inflação de serviços, impulsionada pelos ganhos reais de salários segue elevada, impactando de maneira substancial no custo industrial.

No que tange a Balança Comercial, houve uma melhora na estimativa para o setor externo com perspectivas de superávit comercial previsto para US\$ 37,45 bilhões, segundo o Bando Mundial. Para o ano 2017, a expectativa também melhorou: a mediana das projeções subiu para US\$ 40 bilhões.

### **6.3 – Desempenho do setor no Brasil**

O mercado de leite é marcado pela variação do preço do leite e, no ano de 2016, não foi diferente. Mesmo com a economia em crise, a forte queda na produção de leite em 2016 (no primeiro semestre, a redução foi de 6,4% x o 1º semestre de 2015) fez com que os preços em todos os elos apresentassem altas expressivas.

Entre os derivados, o produto que apresentou maior variação de preços foi o leite



UHT que, segundo dados do AgroPoint,<sup>2</sup> chegou a ser vendido pela indústria para o varejo próximo aos R\$4/litro.

Entretanto, os altos preços tiveram seu reflexo no consumo: com o repasse de preços do varejo para o consumidor, empresas reportaram uma forte diminuição nas vendas, o que fez com que rapidamente os preços despencassem. Se antes os varejistas se esforçavam para conseguir o volume que precisavam a quase R\$4/litro, agora já há diversas negociações na casa de R\$2/litro e muitos laticínios já começaram a aceitar valores até abaixo de R\$2/litro.

Como muitas vezes ocorre nessa queda de braços entre indústria e varejo, mesmo com a forte queda nos preços recebidos pela indústria, o setor varejista conseguiu segurar preços: em setembro, a queda do leite UHT no varejo foi de 12%, muito menor do que o recuo dos preços no atacado, que tiveram queda de 24,4% no mesmo mês, em sequência à queda de 22,5% já ocorrida em agosto.

Segundo estudo do AgroPoint, com a forte mudança no cenário e a capacidade do varejo em segurar a queda ao consumidor, em apenas três meses este elo saiu de sua menor participação (analisando os dados a partir de 2004) nas margens brutas de leite UHT em junho (6,8%) para a maior participação nas margens brutas de leite UHT em setembro (38,3% do valor final do produto).

Já a indústria, por sua vez, teve sua participação reduzida de 55,7% em junho para 17,5% do valor final do UHT em setembro, enquanto a participação do produtor oscilou de forma menos expressiva: saiu de 37,5% para 44,2%. Porém, em função da queda nos preços pagos ao produtor, sua participação já está diminuindo, com alguma recuperação por parte da indústria. “Apesar dos números ainda não indicarem isso em função da defasagem entre o que ocorre no mercado e a consolidação dos dados, o fato é inequívoco: o produtor está tendo redução na fatia porcentual, além de queda no valor absoluto”, diz Marcelo P. Carvalho, CEO da AgriPoint.

#### **6.4 – Perspectivas da “TUIUTI”**

Diante deste cenário macroeconômico e situação atual do mercado brasileiro a “TUIUTI” procurou adequar-se a esta nova realidade com a redução dos volumes e estrutura operacional. Visualizaremos nas medidas a serem tomadas e nos volumes projetados que todo o planejamento foi traçado de modo conservador, observando os

---

<sup>2</sup> AgroPoint é uma empresa especializada em informações para o agronegócio com ênfase para a cadeia leiteira.



cenários atuais da economia do país e especificamente dos setores em que a empresa atua.

## **7 – CAUSAS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DA “TUIUTI”**

A “TUIUTI” se destaca no seu segmento, exercendo suas atividades com sucesso e probidade, gozando do melhor conceito no meio empresarial, sempre cumprindo com rigor e honestidade seus compromissos, apesar dos recorrentes problemas inerentes ao exercício da atividade produtiva brasileira.

Mesmo com o crescimento da empresa nos últimos anos e a multiplicação de seus ativos, que foram sempre cuidadosamente planejados e estruturados onde a marca “SHEFA” gerou grande aceitação e aprovação no mercado nacional, não impediu que momentos de turbulência, especialmente com constantes crises que vem assolando a economia mundial com reflexos no mercado de agronegócio, fizesse com que a “TUIUTI” registrasse resultados negativos nos últimos anos.

Mesmo com todas as medidas administrativas e de gestão tomadas, tais como reduções de custo e melhoria de preços de venda, as dificuldades persistiram sempre crescentes e urgentes, o que motivou à administração, a decidir pela abertura do procedimento de “recuperação judicial”, nos termos da Lei 11.101/05.

Quanto às causas que levaram a “TUIUTI” a atual situação financeira desmembramos entre causas externas e internas. Apresentamos a seguir o detalhamento dessas principais causas:

### **7.1 – Fatores externos**

#### **7.1.1 – Retração do mercado e a variação do preço da matéria prima**

A “TUIUTI” tem como seu principal mercado as grandes redes de supermercados onde a venda do leite UHT representa 90% dos produtos vendidos pela empresa. A demanda do mercado do leite esta atrelada ao preço da matéria prima, que por sua vez, tem como um dos principais fatores para a oscilação do preço as alterações climáticas.

Corroborando com o assunto, de acordo com o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, os preços do leite recebido pelos



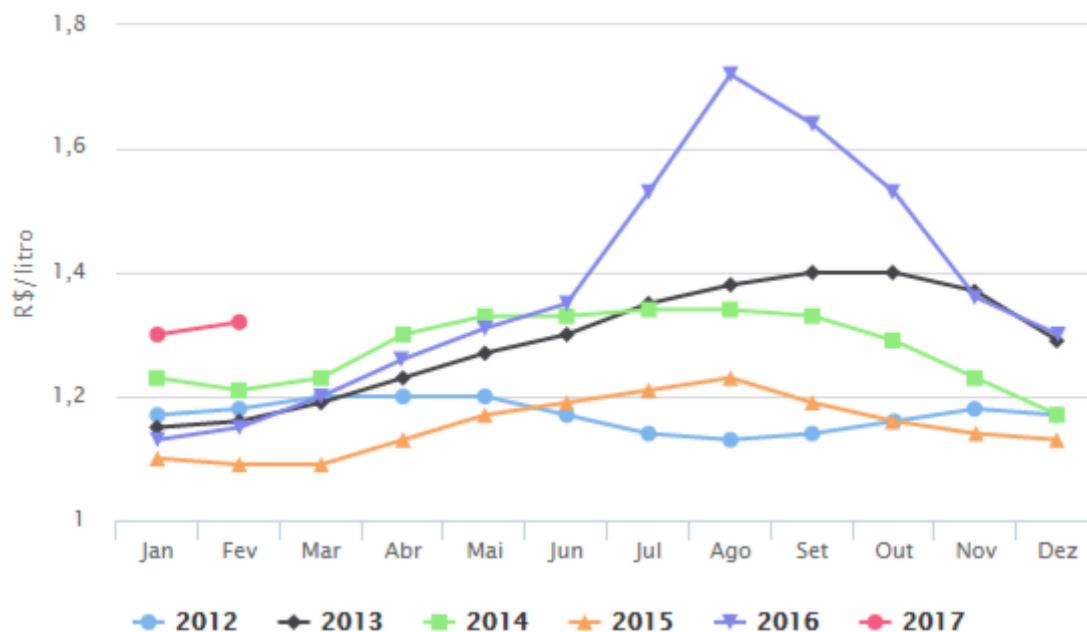
produtores em janeiro de 2017 seguiram estáveis (ligeiro recuo de 0,21%) frente aos de dezembro de 2016. Ainda assim, segundo colaboradores do Cepea, o excesso de chuva na região Sul do Brasil e o baixo volume de precipitação em Goiás e em Minas Gerais limitaram o ritmo de crescimento na oferta nas principais bacias produtoras.

Em 2016, considerando-se os preços reais, a média líquida anual foi de R\$ 1,253/litro, 21,8% superior à de 2015 e a maior de toda a série anual do Cepea, iniciada em 2004. No correr de 2016, assim como mencionado anteriormente o clima impactou fortemente na produção de leite nas principais bacias, reduzindo a oferta de matéria-prima em boa parte do ano. No início de 2016, o aumento significativo no volume de chuvas atrapalhou a qualidade das pastagens e a logística para coleta do leite nas propriedades. Com a produção no campo abaixo do esperado e com o avanço da entressafra, os estoques das indústrias reduziram, impulsionando os valores ao produtor a patamares recordes. Porém, diferente dos anos anteriores, o início sazonal da safra coincidiu com a chegada das chuvas, resultando em forte recuperação dos estoques e queda nos preços ao produtor a partir de agosto.

Do lado da demanda, a crise econômica e política continuou impactando no mercado lácteo. Mesmo com a ligeira melhora no consumo de alguns derivados quando comparados a 2015, grande parte desses produtos ainda é classificada como bem superiores de consumo, e, com o poder de compra do consumidor ainda em recuperação, a demanda é considerada baixa pela indústria.



### Preço bruto pago ao produtor



Fonte: CEPEA/ESALQ: Dados deflacionados pelo IGP-DI

#### 7.1.2 – Recorrência a bancos e elevado custo financeiro

Tendo em vista as necessidades de capital de giro frente ao crescimento do faturamento e investimentos nos últimos exercícios, a “TUIUTI” se viu obrigada a recorrer a bancos para garantir e continuar honrando seus compromissos, assim aumentando seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

As taxas de juros e os spreads bancários no mercado financeiro, por força de redução dos níveis mundiais de liquidez, também dispararam no mercado interno. Desta forma, os custos financeiros das captações passaram a corroer a rentabilidade das operações da “TUIUTI”.

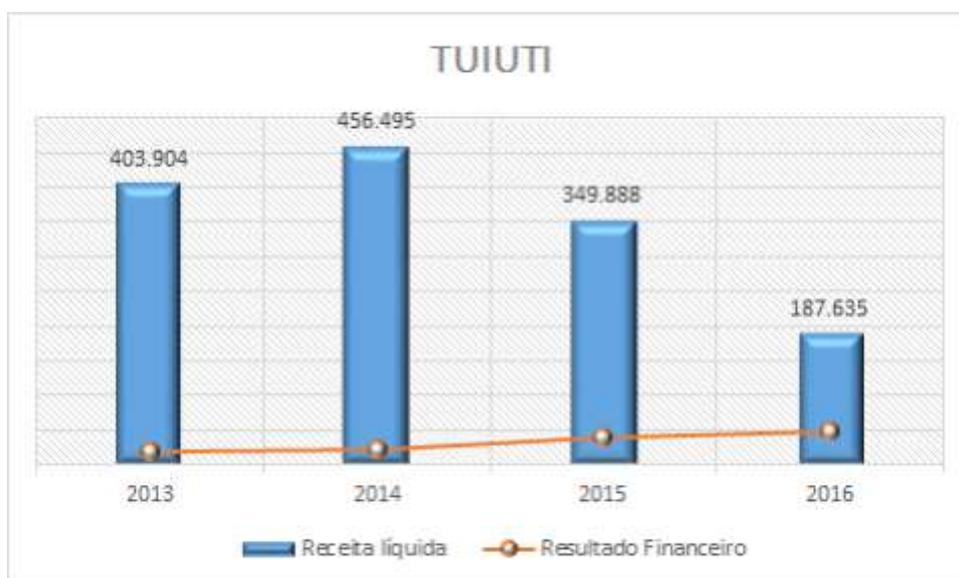
Apresenta-se, a seguir, um demonstrativo consolidado das despesas financeiras registradas em cada ano em relação ao faturamento das empresas:



Em R\$ mil

Ano	Receita líquida	Resultado Financeiro	% Resultado Financeiro / Receita Líquida
2013	403.904	18.488	4,58%
2014	456.495	20.472	4,48%
2015	349.888	39.507	11,29%
2016	187.635	47.942	25,55%

Fonte: Departamento contábil "TUIUTI"



Assim sendo, os elevados custos financeiros contribuíram para que a empresa “TUIUTI” passasse a registrar cada vez maiores volumes de despesas financeiras.

### 7.1.3 – Redução das linhas de crédito

Para garantir os compromissos firmados com fornecedores, a “TUIUTI”, começou cada vez mais se endividar e ficar refém das linhas de crédito de curto prazo para o fomento e custeamento financeiro de suas operações.

Na tentativa de rever os prazos de crédito estipulados a empresa trocou as linhas de crédito de curto para longo prazo, conseqüentemente, passou a ter um custo fixo alto. Tornando as parcelas inviáveis de serem liquidadas.



Os custos financeiros, a cada ano ficaram maiores e, com redução de oferta de crédito mundial, os limites passaram a ficar cada vez mais estreitos.

Com o aumento do seu custo financeiro a lucratividade da empresa reduziu drasticamente. O crédito à empresa foi escasseando, fazendo com que a empresa passasse a operar com instituições financeiras de menor porte, até chegar a um ponto onde a “TUIUTI” se viu sem crédito bancário.

Essa redução de linha de crédito foi, paulatinamente, sufocando a empresa, e essa foi a situação mais crítica que levou a “TUIUTI” a ingressar com pedido de recuperação judicial.

#### 7.1.4 - Reajustes de mão de obra superiores à inflação

No Brasil, observa-se que nos últimos exercícios vem sendo concedidos reajustes salariais superiores aos níveis inflacionários, o que, conseqüentemente trouxe reflexos aos dissídios de cada categoria de trabalhadores, exceto em 2015 cuja inflação do país superou a expectativa de meta planejada. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo dos reajustes salariais concedidos aos trabalhadores da “TUIUTI”, em comparação com os indicadores de inflação:

Ano	Dissídio	Inflação
2013	7,07%	5,91%
2014	7,85%	6,41%
2015	8,00%	10,67%
2016	8,00%	6,99%

Fonte: Departamento RH “TUIUTI”

#### 7.1.5 - Política tributária

O Brasil tem a carga tributária mais pesada entre os países emergentes e mais alta até que Japão e Estados Unidos. A carga tributária brasileira (valor de todos os impostos, contribuições e taxas pelos governos estaduais, municipais e federal pagos pelos cidadãos e empresas na proporção das riquezas produzidas no país) subiu e ultrapassou R\$ 2 trilhões pelo segundo ano consecutivo.

Os tributos federais representam 65,95% dos R\$ 2 trilhões arrecadados. Os tributos estaduais, por sua vez, equivalem a 28,47%. Já os municipais são 5,58% do



volume.

Em 2016, o total de impostos pagos pelos brasileiros somou R\$ 2,004 trilhões, segundo o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A soma representou recorde em relação ao volume de impostos pagos pelos brasileiros em 2015, que ficou em cerca de R\$ 2,001 trilhões. Para o ano de 2017, a expectativa de superar o ano anterior não é diferente, pois em 31 de janeiro de 2017 o Impostômetro da ACSP marcou R\$ 228 bilhões, e no mesmo período de 2016 marcou R\$ 196 bilhões.

Vale ressaltar que, a “TUIUTI” possui carga tributária elevada, conforme descrito abaixo:

Descrição	Aliquota	Base
ICMS		6,00%: Faturamento de Produtos
ICMS		12,00%: Faturamento de Produtos
ICMS		17,00%: Faturamento de Produtos
ICMS		18,00%: Faturamento de Produtos
PIS	1,65% (com redução de até 20%)	Faturamento de Produtos
COFINS	7,6% (com redução de até 20%)	Faturamento de Produtos
IPI		5,00%: Faturamento de Produtos
IRPJ		15,00%: Lucro Líquido
Adicional do IRPJ		10,00%: Lucro Líquido
CSLL		9,00%: Lucro Líquido
INSS		20,00%: Folha de Pagamento
Sat		3,00%: Folha de Pagamento
Terceiros		2,14%: Folha de Pagamento

Fonte: Departamento contábil "TUIUTI"

## 7.2 – Fatores internos

### 7.2.1 – Estratégia ineficaz de crescimento

Os investimentos realizados pela “TUIUTI” com vistas à expansão de seus negócios contribuíram para o estreitamento dos níveis de capital de giro da empresa, pois a empresa não conseguiu obter financiamentos de longo prazo e acabou utilizando-se do endividamento de curto prazo e capital de giro próprio para investir.



### **7.2.2 - Impacto do custo de Energia Elétrica**

A energia elétrica é um dos insumos essenciais para a maioria dos setores industriais e o montante de R\$ 6.720 mil tem impacto direto nos custos de produção da “TUIUTI”.

Esse impacto é corroborado pelo atual cenário do país onde temos, simultaneamente, a desaceleração da economia e a pressão nos custos por outros fatores, como aumento de impostos.

### **7.2.3 - Elevado grau de investimento**

Para garantir os compromissos firmados com fornecedores, a “TUIUTI” como já explanado anteriormente começou cada vez mais se endividar e ficar refém das linhas de crédito de curto prazo para o fomento e custeamento financeiro de suas operações. Os custos financeiros, a cada ano ficaram maiores e, com redução de oferta de crédito mundial, os limites passaram a ficar cada vez mais estrangulados.

Com o aumento do seu custo financeiro a lucratividade das empresas reduziram drasticamente. Os créditos às empresas foram escasseando, fazendo com que as empresas passassem a operar com instituições financeiras de menor porte, até chegar a um ponto onde a “TUIUTI” se viu sem crédito bancário.

Essa redução de linha de crédito foi paulatinamente sufocando as empresas, e essa foi à situação mais crítica que levou a “TUIUTI” a ingressar com pedido de recuperação judicial.



## **8 - DA REESTRUTURAÇÃO DA “TUIUTI” (art. 53 da LRE)**

O primeiro passo para a reestruturação foi à contratação de empresa especializada na recuperação, consolidação e a ampliação de seus negócios e resultados, Artur Lopes e Associados.

A nova equipe de gestão, junto com a direção e equipe da “TUIUTI”, vem trabalhando arduamente para a redução de custos e despesas visando rentabilizar a operação. O resgate da credibilidade junto aos colaboradores e fornecedores, também tem sido uma das prioridades da empresa.

Diversas medidas foram tomadas para redução de despesas administrativas, logística, produção e comercial.

Apresenta-se, a seguir, um resumo das ações que já foram ou serão tomadas e estão incorporadas do planejamento financeiro operacional da “TUIUTI”.

### **8.1 - Medidas já adotadas ou em fase de implementação pela administração**

#### **8.1.1 - Gestão Industrial**

##### **a) Instalação da nova caldeira**

Visando a redução de custos, a empresa está investindo em uma nova caldeira, com isso, espera reduzir o seu gasto mensal de R\$ 635 mil para R\$ 251 mil, o que representará uma redução de 60% dos custos com a caldeira.

##### **b) Automatização do processo estocagem**

A empresa investe em tecnologia a fim de melhorar os procedimentos internos de industrialização. Neste sentido, a empresa efetuou a automação no processo de estocagem do leite, onde anteriormente a escolha dos silos para a estocagem era feita manualmente por funcionários, com isso, incorria em erros, perda de matéria prima e tempo.

Hoje, todo o procedimento de estocagem de matéria prima nos silos é feito automaticamente, onde o supervisor seleciona para qual silo a matéria prima deverá ser deslocada.



### **c) Reativação da embalagem “Base”**

Com o objetivo de reduzir o custo de produção, a empresa reduziu o volume de produtos embalados com a embalagem “SIG” e aumentou o volume de produtos embalados com a embalagem “BASE”.

### **d) Manutenção periódica das máquinas**

Para evitar que as máquinas fiquem paradas por algum dano e resulte em perda de produção a empresa adotou como procedimento efetuar a manutenção dos maquinários periodicamente pelos seus funcionários.

### **e) Instalação de novas máquinas**

A empresa possui uma capacidade máxima de produção de 1 milhão de litros de leite por dia, porém, atualmente está produzindo aproximadamente 800 mil litros de leite por dia. Visando atingir ao máximo a sua capacidade produtiva a empresa está instalando duas máquinas de TBA 8, com a capacidade de até 6 mil litros por hora.

### **f) Automatização da paletização**

O processo de paletização atualmente é 80% feita manualmente, com isso, incorre um tempo maior para paletização. Diante disso, a empresa está automatizando todo processo de paletização, isso vai reduzir o custo, otimizar o tempo e reduzir o número de perdas.

## **8.1.2 - Gestão da área comercial**

### **a) Reestruturação da área comercial**

Visando a reestruturação da área comercial a empresa contratou a TOOLBOX, que é uma consultoria especializada em consultoria e gestão comercial para auxiliá-los neste processo.

### **b) Análise do perfil dos clientes**

A administração da “TUIUTI” visando atender de forma mais eficiente seus clientes irá analisar o portfólio dos produtos para cada região de acordo com o perfil de seus clientes.



**c) Treinamento da equipe de vendas**

Com intuito de entender melhor a necessidade dos clientes a empresa irá intensificar o treinamento dos vendedores e promotores. Promover a integração entre as equipes internas e externas através de workshops.

**d) Implantação de ferramentas – Indicadores de performance**

A empresa vai implantar alguns indicadores de performance chave para a melhoria dos processos de vendas.

### **8.1.3 – Gestão Administrativa**

**a) Contratação de Consultoria especializada em Gestão de Crise**

O primeiro passo para a reestruturação foi a contratação de empresa especializada em recuperação, consolidação e ampliação de seus negócios e resultados, Artur Lopes e Associados.

Por meio do desenvolvimento e implementação de novas e modernas metodologias de trabalho, a Equipe de Gestão contratada tem buscado a excelência na redução dos custos e eliminação de despesas desnecessárias que comprometem seus resultados.

As ações tomadas no realinhamento da empresa são perceptíveis tanto no âmbito administrativo como no operacional, onde a capacitação dos colaboradores e a implantação das ferramentas adequadas de gestão refletem na rentabilização das operações produtivas e financeiras, bem como na reconquista da credibilidade junto à sua clientela, fornecedores e até mesmo junto os próprios colaboradores.

**b) Readequação Organograma Funcional**

Com a profissionalização e a necessidade de rearranjo no quadro de pessoal da “TUIUTI”, decorrente das oportunidades criadas com o aproveitamento de colaboradores com maior capacidade e qualificação e aptos a exercerem funções de maior responsabilidade provocaram a remodelação em seu organograma funcional, de forma a demonstrar com clareza a relação superior-subordinado e, implicitamente, os procedimentos relativos à delegação de autoridade e responsabilidades.



Essa nova estrutura organizacional trouxe, entre outros benefícios, melhores controles de processos e agilidade nas tomadas de decisões.

**c) Redução de gastos fixos**

A fim de maximizar o seu resultado a “TUIUTI”, fez um estudo e optou por reduzir seus gastos fixos através das seguintes medidas; Redução de contratos com terceiros, redução do quadro de funcionários, devolução de bens alienados ociosos e a reorganização das áreas administrativa.

**d) Busca de melhores fontes de financiamento e recomposição do capital de giro**

A “TUIUTI” vem intensificando esforços no sentido de negociar o financiamento das operações mercantis, negociando com instituições financeiras parcerias mais atraentes e menos onerosas, pois, a retomada do relacionamento com os bancos é de extrema importância para a recuperação da empresa.

**8.1.4 - Outros meios de recuperação**

Não se limitando as medidas retro mencionadas a “TUIUTI” poderá implementar outros meios de recuperação elencados do Art. 50 da Lei nº 11.101/2005.



## **9 – DAS PREMISSAS ECONÔMICAS FINANCEIRAS ADOTADAS NESTE PLANO (Art. 53, II, da LRE)**

### **9.1 - Viabilidade econômica**

A Lei de recuperação de empresas, interpretada à luz do princípio da preservação envolve, além das importantes reestruturações operacionais e mercadológicas, o raciocínio lógico-científico do consultor na análise e avaliação criteriosas dos resultados financeiros a serem alcançados por meio das medidas propostas.

No presente Plano, a análise financeira dos resultados projetados foi feita, como pede o rigor, sob a perspectiva tridimensional da ciência e política contábil, da moderna gestão no mercado globalizado.

Os administradores e os consultores da “**TUIUTI**” cuidaram desde o primeiro momento desta fase, em reiterar políticas e implantar relatórios de acompanhamento que permitirão a constante verificação do andamento das operações para a necessária análise de alternativas e correção de rumos.

Entretanto, a melhor contribuição do modelo proposto foi à elaboração de um modelo de relatório gerencial que primou pela qualidade da projeção dos resultados a serem alcançados via implementação deste Plano, feita a partir da captação das medidas de recuperação estudadas pelos administradores da “**TUIUTI**”.

Assim sendo, foram feitas projeções de custos, despesas e receitas da empresa para o período de 13 (treze) anos (Anexos I a II).

Apresenta-se, ainda, a Demonstração de Resultados Projetados (Anexo II), que deverá ser sempre confrontado com os dados reais para as devidas avaliações, o que, em última análise, permite a identificação de eventuais desvios e a imediata implementação de ações corretivas, tornando o Plano facilmente acompanhável e flexível.

O modelo foi acoplado a uma Demonstração de Fluxos de Caixa Projetados (Anexo I), que reflete, em bases anuais, a capacidade da empresa para o cumprimento dos compromissos assumidos: a liquidação dos valores devidos.



## 9.2 - Premissas utilizadas para as projeções financeiras

Inicialmente, importante ressaltar que as premissas que foram utilizadas na elaboração das projeções de resultado e fluxo de caixa são as seguintes:

- Fundamentar projeções na mais realista probabilidade de consecução das metas referentes às áreas comercial (quantidades e preços de venda), administrativa e econômico-financeira, conforme explicado no texto desta proposta, bem como tendo como bases premissas conservadoras na elaboração do presente plano;
- Determinar, como principal objetivo, que os saldos acumulados finais de caixa sejam positivos, confirmando a capacidade de recuperação da empresa;
- Destacar que é absolutamente imprescindível a concessão dos prazos de carência estabelecidos no item 12 deste plano;
- O valor constante da 1ª relação de credores será utilizado como base para o presente plano.

No fluxo de caixa também estão computados todos os custos inerentes à recuperação judicial que podem sofrer alterações ao longo do curso do processo.

Por fim, ressalta-se que a adequada recuperação da empresa, que se dará pela implementação das medidas previstas neste Plano, dependerá de diversos fatores, pois além da boa vontade, do conhecimento, da experiência e da capacidade de todos os envolvidos, sejam eles administradores, consultores, cada qual com suas habilidades, o sucesso desta recuperação também dependerá de fatores externos, tais como a política cambial e monetária, política de juros, modificações na carga tributária, etc., fatores esses, que hoje são imprevisíveis.

Recomenda-se, portanto, que para superar esses obstáculos imponderáveis no momento, ser importante manter-se sempre atualizado, sem perder de foco o objetivo principal da empresa, ou seja, a obtenção de resultados positivos.

As planilhas trazidas como anexos ao presente Plano demonstram de forma inequívoca, que a “TUIUTI” é um grupo viável, posto que, poderá manter-se no mercado, bem ainda, gerar recursos em longo prazo para pagar seus credores e manter, assim, o negócio em bom funcionamento.



Destaque-se, quanto à viabilidade econômica, que o negócio da “TUIUTI” possui mercado para uma ampla expansão, assim, tanto pelas planilhas anexas, como pelo cenário macroeconômico e pelos mercados que atua, é evidente que a “TUIUTI” é economicamente viável, especialmente no que se refere à busca de parcerias e desenvolvimento de novos mercados procurando aumentar a rentabilidade da empresa.

Todos os fatores acima, trabalhados em conjunto, especialmente, as novas estratégias empresariais e financeiras, levarão novamente a “TUIUTI” a uma posição de destaque no setor, implicando em sua recuperação, prevalecendo, assim, os princípios da função social da empresa, da manutenção da fonte geradora de empregos e de tributos, dando valia ao espírito norteador da Lei 11.101/05.



## 10 - ATIVOS

### 10.1 - Capital tangível

A empresa possui bens patrimoniais, compostos por unidades, conforme citado no item 2.2.

O Laudo de Avaliação desses bens foi preparado por peritos independentes e será apresentado juntamente com este Plano de Recuperação em anexo.

A seguir, apresenta-se um resumo da avaliação dos bens patrimoniais do grupo:

Descrição	Em R\$
	Valores
TERRENOS	989.624
EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	54.031.591
INSTALAÇÕES	6.435.867
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	78.311.654
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	1.829.890
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.328.783
VEÍCULOS	2.083.119
<b>Total</b>	<b>145.010.529</b>

Além dos bens patrimoniais integrantes do ativo imobilizado da empresa, registra-se ainda que a "TUIUTI" possui estoque de mercadorias, conforme evidenciado em seus balancetes contábeis.



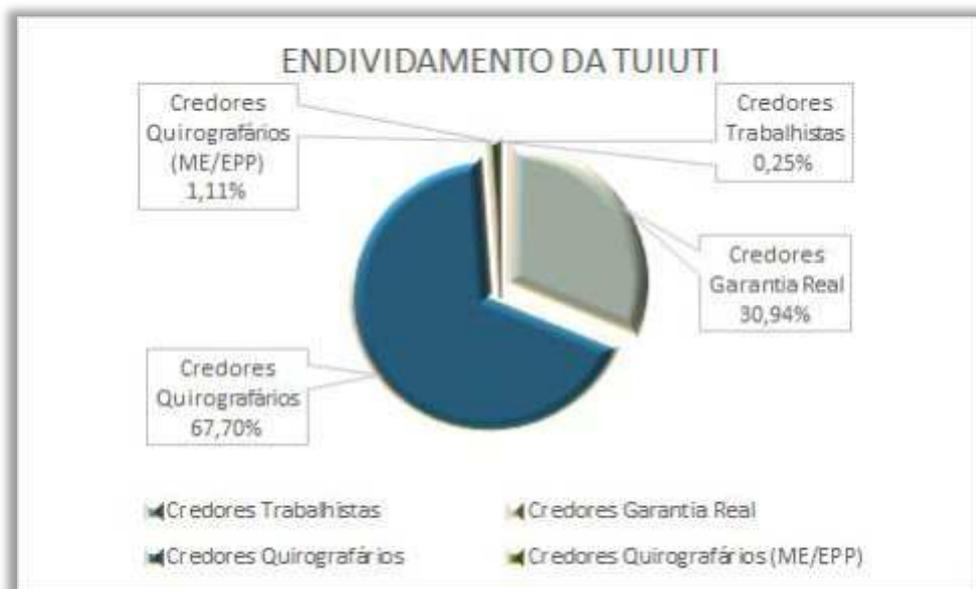
## 11 – CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES

O quadro de credores da “TUIUTI” é predominantemente composto por trabalhistas, instituições financeiras e fornecedores. Com relação a fornecedores, observa-se que os créditos, em sua grande maioria são originários de estreito e antigo relacionamento comercial, adquiridos no desempenho de seu objetivo social.

O valor dos créditos de todas as classes arrolados pela recuperanda foi de R\$ 215.365.001,81 (duzentos e quinze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e um reais e oitenta e um centavos).

Desta forma, o resumo dos credores da “TUIUTI”, detalhado por grupo segue abaixo:

CLASSE	VALORES
Credores Trabalhistas	539.073,53
Credores Garantia Real	66.629.655,51
Credores Quirografários	145.796.322,81
Credores Quirografários (ME/EPP)	2.399.949,96
<b>Total do quadro geral de credores</b>	<b>215.365.001,81</b>



Fonte: “TUIUTI”



## 12 – DO PAGAMENTO AOS CREDORES

A presente recuperação judicial possui 04 (quatro) classes de credores, os credores trabalhistas, os credores de garantia real, os credores quirografários e os credores quirografários (ME/EPP).

Estão sendo considerados na listagem de credores os valores informados na relação geral de credores. A referida lista de credores será objeto de análise e ajustes pelo Administrador Judicial, que divulgará nova listagem oportunamente, conforme previsão do art. 7º, § 2º da LRE.

O Plano de pagamento foi concebido levando-se em consideração as projeções do fluxo de caixa. Referidas projeções foram elaboradas partindo-se dos relatórios gerenciais e contábeis da “TUIUTI” e realizando-se projeções para os próximos 13 (treze) anos, incluindo-se algumas variáveis e fatores determinantes econômico-financeiros e de mercado.

### 12.1 – Proposta de pagamento aos credores da classe I – Trabalhistas

O tratamento que será dado aos credores constantes na atual lista de credores será:

- Carência de 06 (seis) meses a partir da intimação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial. Após a carência, os créditos trabalhistas terão seu valor integral pago, em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no 5º dia útil do 7º mês após a intimação da decisão que homologar e assim sucessivamente;
- A liquidação dessa classe, considerando as premissas utilizadas é de 1 (um) ano conforme quadro abaixo:

ANO	% Amortização
1	100%



### **12.1.1 - Credores trabalhistas que tiverem seus créditos reconhecidos e habilitados após a elaboração da 2ª relação geral de credores**

Tendo em vista que podem existir processos trabalhistas em trâmite, ou a serem ajuizados no período de dois anos da rescisão do contrato de trabalho, em que se discutem verbas controversas e alheias ao parágrafo único do artigo 54 da Lei 11.101/05, tomando por base o princípio legal, e evitando privilegiar credores da mesma classe, a “TUIUTI” pagará aludidas verbas conforme previsto Lei, caso reconhecido pela Justiça do Trabalho, sendo que o prazo será contado da decisão transitada em julgado que reconhecer o valor do crédito e declará-lo habilitado na recuperação judicial..

### **12.1.2 - Encargos sociais**

Os encargos sociais relacionados à classe trabalhista serão pagos e/ou parcelados na forma prevista em Lei.

## **12.2 - Pagamento aos credores da classe II - Garantia Real**

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores de garantia real.

A liquidação dos credores inseridos nesta classe se dará em 11 (onze) anos levando em consideração o período de carência.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- ***Pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor de cada credor constante da relação de credores;***
- Carência de 1 (um) ano para início dos pagamentos, contada da data da intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial;
- Os valores serão corrigidos a taxa de atualização TR + juros de 1% (um por cento) ao ano;
- Pagamentos serão realizados em parcelas semestrais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias após o período de carência, tomando-se por base o início da carência a intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores em Assembleia Geral de Credores, e as parcelas seguintes na mesma



data dos semestres subsequentes.

- O credor deverá informar para a recuperanda por meio de carta registrada a conta corrente para receber os valores em até 30 (trinta) dias antes da data do pagamento previsto acima;
- A liquidação dessa classe, considerando as premissas utilizadas é de 11 (onze) anos, conforme quadro abaixo:

ANO	% DE AMORTIZAÇÃO
1	N/A
2	5,00%
3	5,00%
4	5,00%
5	5,00%
6	12,00%
7	12,00%
8	12,00%
9	12,00%
10	16,00%
11	16,00%

### 12.3 - Pagamento aos credores da classe III - Quirografários

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores quirografários.

A liquidação dos credores inseridos nesta classe é de 13 (treze) anos levando em consideração o período de carência.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:



- ***Pagamento de 40% (quarenta por cento) do valor de cada credor constante da relação de credores;***
- Carência de 1 (um) ano para início dos pagamentos, contada da data da intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial;
- Os valores serão corrigidos a taxa de atualização TR + juros de 1% (um por cento) ao ano;
- Pagamentos serão realizados em parcelas semestrais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias após o período de carência, tomando-se por base o início da carência a intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores em Assembleia Geral de Credores, e as parcelas seguintes na mesma data dos semestres subsequentes.
- O credor deverá informar para a recuperanda por meio de carta registrada a conta corrente para receber os valores em até 30 (trinta) dias antes da data do pagamento previsto acima;
- Os valores destinados ao pagamento do primeiro e do segundo ano serão distribuídos de forma linear entre todos os credores da classe quirografária até o limite da satisfação do seu crédito já considerado o deságio. O saldo remanescente será redistribuído proporcionalmente entre os credores, sendo que a base para pagamento será a lista publicada pelo Administrador Judicial – Art. 7º podendo ser alterada por decisões judiciais decorrentes de impugnação de crédito. Os pagamentos dos anos seguintes serão distribuídos proporcionalmente entre os credores;
- A liquidação desta classe, considerando as premissas utilizadas é de 13 (treze) anos, conforme quadro abaixo:



ANO	% Pagamento
1	N/A
2	1,00%
3	1,00%
4	2,00%
5	2,00%
6	5,00%
7	5,00%
8	10,00%
9	10,00%
10	16,00%
11	16,00%
12	16,00%
13	16,00%

#### 12.4 – Pagamento aos credores da classe IV - Quirografários ME/EPP

Apresentamos, a seguir, esclarecimentos quanto à proposta técnica e quanto à forma de pagamento aos credores quirografários ME/EPP.

A liquidação dos credores inseridos nesta classe é de 09 (nove) anos levando em consideração o período de carência.

Apresenta-se, a seguir, a proposta de pagamento para a classe:

- ***Pagamento de 40% (quarenta por cento) do valor de cada credor constante da relação de credores;***
- Carência de 1 (um) ano para início dos pagamentos, contada da data da intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial;
- Os valores serão corrigidos a taxa de atualização TR + juros de 1% (um por cento) ao ano;
- Pagamentos serão realizados em parcelas semestrais, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias após o período de carência,



tomando-se por base o início da carência a intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores em Assembleia Geral de Credores, e as parcelas seguintes na mesma data dos semestres subsequentes.

- O credor deverá informar para a recuperanda por meio de carta registrada a conta corrente para receber os valores em até 30 (trinta) dias antes da data do pagamento previsto acima;
- Os valores destinados ao pagamento do primeiro e do segundo ano serão distribuídos de forma linear entre todos os credores da classe quirografária até o limite da satisfação do seu crédito já considerado o deságio. O saldo remanescente será redistribuído proporcionalmente entre os credores, sendo que a base para pagamento será a lista publicada pelo Administrador Judicial – Art. 7º podendo ser alterada por decisões judiciais decorrentes de impugnação de crédito. Os pagamentos dos anos seguintes serão distribuídos proporcionalmente entre os credores;
- A liquidação dessa classe, considerando as premissas utilizadas é de 09 (nove) anos, conforme quadro abaixo:

ANO	% Pagamento
1	N/A
2	5,00%
3	5,00%
4	10,00%
5	10,00%
6	10,00%
7	20,00%
8	20,00%
9	20,00%



## 12.5 - Credores/fornecedores Colaborativos - Condição para Aceleração dos Pagamentos

Tendo em vista que credores clientes, fornecedores e prestadores de serviços poderão fomentar a recuperação da “TUIUTI”, a recuperanda resolve ofertar uma proposta para aceleração a liquidação dos créditos destes credores.

Para tanto, foram formatadas condições de quitação considerando a oferta de crédito, vendas e fornecimento de serviços e insumos. A seguir, apresenta-se as propostas para estes credores.

### 12.5.1 - Fornecedores Colaborativos e Prestadores de Serviços

Aos credores (fornecedores de insumos e prestadores de serviços) que concederem crédito a “TUIUTI” durante o processo de recuperação judicial, serão oferecidas condições diferenciadas para a quitação de seus créditos, conforme critérios dispostos nos itens abaixo.

A hipótese prevista neste item beneficiará somente o credor fornecedor (fornecedores de insumos e prestadores de serviços) que conceda a “TUIUTI” prazo para pagamento das mercadorias/serviços adquiridos, sem juros sobre o valor faturado, conforme tabela abaixo:

Prazo (dias)	Percentual Acelerado (%)
30	2
60	3
90	4

- Aos credores beneficiados por esta cláusula de aceleração será devolvido o percentual incidente (conforme o prazo concedido em dias) sobre o valor da nota de venda ou de prestação de serviço, à conta de amortização do crédito sujeito aos efeitos do plano de recuperação judicial. A devolução que aqui se trata ocorrerá na data da liquidação da fatura (de venda ou de prestação de serviço) relativa ao fornecimento;
- Pagamento conforme a classe de credores onde o credor estiver inserido, e no caso de ser relacionado em duas classes, será proporcional ao crédito. Os pagamentos estão previstos na cláusula 12 deste Plano da



seguinte forma:

- No item 12.2 – Pagamento aos credores da classe II - Garantia Real;
  - No item 12.3 – Pagamento aos credores da classe III – Quirografários;
  - No item 12.3 – Pagamento aos credores da classe III – Quirografários ME/EPP;
- Os valores serão corrigidos a taxa de TR + 1% (um por cento) ao ano a partir da data da intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial;
  - O percentual acima descrito poderá sofrer flutuação proporcional conforme os prazos acordados entre as partes.

A aplicação da cláusula de aceleração somente ocorrerá se concluída a aquisição da mercadoria ou a prestação do serviço.

Ainda, a manutenção da forma acelerada de pagamento dependerá da renovação da operação de crédito, ao menos, até a quitação integral do crédito do Fornecedor Colaborativo, por esta forma acelerada. Na hipótese de não renovação da operação de crédito, será interrompido o pagamento pelo formato acelerado e o saldo será liquidado de acordo com a forma de pagamento prevista para a classe em que o credor se insira.

A “TUIUTI” se reserva o direito de não aceitar a proposta do credor, caso não se comprove a necessidade de capital de giro, assim sendo não se aplicarão as presentes condições de pagamento.

### **12.5.2 – Financiadores Colaborativos**

Os credores Financiadores Colaborativos poderão ter o seu crédito quitado de modo acelerado, desde que concedam novas linhas de crédito à recuperanda durante o processo da recuperação judicial (art. 67, LRF). Seguem abaixo as condições para liquidação destes credores:

- Para cada operação realizada o credor poderá efetuar a retenção de, no máximo, 10% (dez por cento), do valor total da operação, até o limite da dívida (crédito arrolado na recuperação judicial). O percentual de retenção poderá ser escalonado, sempre observando o teto máximo, e desde que haja mútuo acordo entre as partes;



- Os valores de retenção serão variáveis de acordo com o montante de crédito concedido;
- Para aproveitar a forma acelerada de pagamento acima descrita, os credores Financiadores Colaborativos deverão conceder novas linhas de crédito, seja na modalidade de fomento à produção, empréstimos, antecipação de recebíveis ou quaisquer outras que sejam compatíveis com a recuperanda;
- Pagamento conforme a classe de credores onde o credor estiver inserido, e no caso de ser relacionado em duas classes, será proporcional ao crédito. Os pagamentos estão previstos na cláusula 12 deste Plano da seguinte forma:
  - No item 12.2 – Pagamento aos credores da classe II - Garantia Real;
  - No item 12.3 – Pagamento aos credores da classe III – Quirografários;
  - No item 12.3 – Pagamento aos credores da classe III – Quirografários ME/EPP;

Observando-se, prioritariamente, o que segue:

(i) Os valores retidos a título de aceleração deverão permanecer depositados em conta vinculada da empresa junto ao Financiador Colaborativo e/ou em conta gráfica, *escrow account* ou qualquer outra conta que sirva para a identificação e administração dos valores retidos, até a aprovação do plano;

(ii) Com a aprovação do Plano, será efetuada a compensação dos valores retidos lançados em tais contas com o crédito sujeito aos efeitos da recuperação, submetendo-se eventual saldo às demais condições previstas no presente Plano, observadas, no que incidentes, as condições de pagamento específica (item abaixo - iii)

(iii) As compensações operarão de pleno direito com a aprovação do Plano, sem necessidade de qualquer ato ou autorização adicional, devendo o credor Colaborativo, contudo, prestar contas mediante o fornecimento de extratos e quaisquer outras memórias de cálculo e/ou documentos pertinentes.

A adesão à condição de credor Financiador Colaborativo ocorrerá mediante a celebração de Termo de entendimentos entre as partes. A adesão não pressupõe a concessão da linha de crédito, devendo esta ser comprovada mediante os instrumentos usuais de concessão de crédito e afins.

Caso haja sido, comprovadamente, concedida a linha de crédito na forma



estabelecida neste Plano e nos Termos de Entendimentos que deverão ser firmados entre as Partes, o Financiador Colaborativo fará jus ao recebimento do crédito sujeito na forma ora acelerada de pagamento.

A “TUIUTI” se reserva o direito de não aceitar o crédito, caso não seja comprovada a necessidade de capital de giro, ou caso as taxas praticadas não sejam compatíveis com as demais oferecidas em mercado, assim sendo não se aplicarão as presentes condições de pagamento.

## **12.6- Compensação**

Os credores, de qualquer Classe que se encontrem, simultaneamente, na condição de credores e de clientes e/ou devedores das recuperandas, poderão ter os seus créditos quitados, integral ou parcialmente, conforme os valores de cada crédito e débito, por meio de compensação, ex vi do art. 368 do Código Civil.

Será efetuada a compensação dos valores devidos e contemplados na presente forma de pagamento com os valores devidos pelo credor a “TUIUTI”, desde que o valor compensado não seja superior àquele devido pela “TUIUTI” conforme previsto neste plano, em sua respectiva competência. Igual tratamento aplicar-se-á às hipóteses de adiantamentos a fornecedores, casos em que tais fornecedores terão os seus créditos sujeitos aos efeitos da recuperação compensados com os valores eventualmente adiantados como garantia de fornecimento. Poderá a “TUIUTI” e o respectivo fornecedor acordar, caso a caso, que o pagamento do crédito sujeito à recuperação dar-se-á na forma ordinária prevista neste plano, compensando-se o adiantamento em fornecimentos futuros. Os adiantamentos a fornecedores, na hipótese de efetiva compensação, terão como contrapartida contábil a baixa de fornecedores, clientes ou funcionários, aplicando-se a regra do art. 368 do Código Civil e, analogicamente, a do art.122 da Lei 11.101/05.

## **12.7 - Leilão Reverso de Créditos e da Geração de Caixa**

### **12.7.1 - Utilização de Leilão Reverso**

A administração da empresa pretende efetuar o “Leilão Reverso de Créditos”. Desta forma, a “TUIUTI” apresenta o presente Plano contemplando a possibilidade de realização do leilão reverso de créditos.

“Leilão Reverso de Créditos”, na prática, significa destinar recursos da própria empresa para aquisição de créditos com deságio. O vencedor será o credor que ofertar o



maior percentual de deságio sobre seu crédito.

Os leilões reversos poderão ocorrer mensalmente, bimestralmente, ou trimestralmente, na sede da recuperanda, e prosseguirão até a liquidação do crédito leilado, seguindo-se a ordem da liquidação do maior para o menor desconto oferecido.

### **12.8 - Outras considerações sobre as propostas de pagamento a credores**

- Caso até a data da realização da Assembleia Geral de Credores (art. 56 da LRE) tenha sido apresentada a 2ª Relação de Credores pelo Administrador Judicial (CF. art. 7º, § 2º da Lei nº 11.101/05), os credores constantes dessa nova relação terão o mesmo tratamento que será dado aos credores da primeira lista de credores no presente Plano.
- Cumprimento das determinações da LFRE, especialmente, do artigo 50, I e XI;
- Tratamento igualitário entre credores da mesma classe;
- Viabilidade financeira do plano;
- Fazer prevalecer o espírito da Lei, tratando seus credores, parceiros históricos da empresa, com justiça e bom senso;

### **12.9 - Créditos com garantia real e quirografários reconhecidos após a segunda relação de credores divulgada pelo Administrador Judicial**

Os créditos com garantia real e quirografários retardatários, reconhecidos após a publicação da segunda relação de credores da “TUIUTI”, serão pagos de acordo com a proposta de pagamento para a respectiva classe respeitando os mesmos deságios, prazos, carências, correções e forma de pagamento.

### **12.10 - Prazos para pagamento**

Todos os prazos constantes neste Plano ocorrem a partir da intimação da decisão que homologar a aprovação do plano de recuperação judicial da “ TUIUTI”, salvo expressa disposição em contrário constante na mesma.



### 12.11 - Impostos

A empresa procura manter os pagamentos dos impostos de forma pontual. Atualmente a “TUIUTI” possui o montante devido de R\$ 41.508.037,81 (quarenta e um milhões, quinhentos e oito mil, trinta e sete reais e oitenta e um centavos). Distribuídos da seguinte forma:

Em R\$	
Triubuto	Saldo devedor consolidado
ICMS	19.968.442
PIS	12.551
COFINS	85.991
FGTS	1.120.932
INSS	16.649.067
IRPJ	2.354.335
CSLL	929.672
REFIS	163.949
IPI	35.098
ISS	85.298
RETENÇÕES	102.704
<b>TOTAL</b>	<b>41.508.038</b>

Fonte: Departamento Contábil “TUIUTI”

Os Diretores da “TUIUTI” têm convicção que é preciso envidar todos os esforços para regularização dos tributos municipais, estaduais e federais vencidos. Para isso, se utilizará das prerrogativas constantes do Artigo 68 – Lei 11.101/2005, e solicitará os parcelamentos específicos editados pelas Fazendas públicas municipais, estaduais e federais para as empresas em recuperação judicial.

Há ainda que se ressaltar que a confusão gerada pelo emaranhado das leis tributárias sobre os variados segmentos de atividade empresarial exige um estudo minucioso da situação tributária da empresa. A cada momento são editadas medidas cujo principal objetivo é permitir o aumento da arrecadação.

Assim sendo, o principal objetivo da “TUIUTI” é o pagamento de todos os seus tributos, mas sem comprometer a operação da empresa. Devido à morosidade e burocracia que enfrentamos no Brasil até a presente data, nada foi estabelecido de concreto no que diz respeito ao parcelamento dos impostos das empresas em recuperação judicial.



Diante deste quadro, a “TUIUTI” efetuará um levantamento de todo o seu passivo fiscal Federal, Estadual e Municipal de maneira a efetuar o expurgo das ilegalidades contidas nos valores que estão sendo cobrados pelos órgãos competentes.

Desta forma, as premissas do planejamento tributário que está sendo efetuado na “TUIUTI” podem ser resumidas em:

- Exercício de Cidadania: Recurso ao Judiciário para proteger seus direitos ofendidos;
- Expurgo das fórmulas irregulares de cobrança de juros, multas e encargos legais;
- Adequação dos pagamentos ao fluxo de caixa do contribuinte;
- Medidas jurídicas de maneira a acelerar as compensações de créditos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Para fins de elaboração desse plano foi considerado no fluxo de caixa um percentual vinculado ao faturamento da empresa conforme apresentado em anexo.

## **13 – OUTROS EFEITOS INERENTES À APROVAÇÃO DO PLANO**

### **13.1. – Suspensão das ações de recuperação de crédito**

Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial consolidado, deverão ser suspensas todas as ações de cobrança, monitórias, execuções judiciais ou qualquer outra medida judicial ajuizada contra a “TUIUTI”, referente aos créditos sujeitos à recuperação judicial e que tenham sido novados pelo Plano aprovado.

É vedada ainda, a constrição de bens e prosseguimento processual enquanto o Plano aprovado estiver sendo regularmente cumprido. Os processos permanecerão suspensos enquanto as obrigações assumidas neste Plano consolidado estiverem sendo cumpridas a tempo e modo, até eventual solução, rescisão ou alteração do Plano aprovado.

Os credores não poderão ajuizar novas ações de cobrança, execução ou de qualquer outro título no intuito de reaver os créditos incluídos na recuperação Judicial, mesmo que



cedidos a terceiros, por endosso ou cessão de crédito, ou de período abrangido pela recuperação, salvo no caso de descumprimento do Plano, nos termos dos artigos 58 e 59 da Lei nº 11.101/2005.

No caso de interposição de ação em razão dos créditos referidos no parágrafo acima, não poderá o patrimônio da empresa e dos seus devedores solidários sofrer qualquer espécie de ônus na tentativa de cumprimento de ato executório.

### **13.2. – Novação da dívida**

A aprovação do Plano de Recuperação Judicial consolidado acarretará por força do disposto no art. 59 da Lei nº. 11.101/2005 a novação das dívidas sujeitas à recuperação.

### **13.3. – Suspensão da publicidade dos protestos**

Uma vez o Plano de Recuperação Judicial consolidado aprovado, consolidando a novação de todos os créditos sujeitos à recuperação judicial, todos os credores concordarão com a suspensão da publicidade dos protestos efetuados, desde que o Plano de Recuperação Judicial esteja sendo cumprido nos termos aprovados, ordem esta que poderá ser tomada pelo Juiz da recuperação judicial a pedido da recuperanda desde a data da concessão da Recuperação.

Após a quitação dos créditos nos termos do Plano de Recuperação, os valores serão considerados quitados integralmente e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos.

Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

### **13.4. – Pagamento aos credores ausentes ou omissos**

Os valores devidos aos Credores nos termos deste Plano serão pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED).

Os Credores devem informar à recuperanda, via carta registrada enviada ao endereço de sua sede e dirigida à diretoria, seus dados bancários para fins de pagamento. A conta deverá obrigatoriamente ser de titularidade do credor, caso contrário deverá



obter autorização judicial para pagamento em conta de terceiros.

Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os Credores não terem informado, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento, suas contas bancárias.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento do Plano.

Caso o credor não forneça os seus dados dentro do prazo dos pagamentos, os valores devidos a este credor determinado ficarão no caixa da empresa.

### **13.5. - Descumprimento do Plano**

O Plano somente será considerado descumprido na hipótese de mora no pagamento de mais de 03 (três) parcelas previstas neste Plano.

Eventual mora no descumprimento de qualquer parcela poderá ser purgada no prazo de (30) trinta dias a contar da data de vencimento.



## **14 – VENDA DE ATIVOS**

A “TUIUTI” poderá alienar seus bens do ativo permanente, previamente relacionados no laudo de avaliação anexo a este plano na forma prevista no artigo 142 da Lei 11.101/05.

Fica facultada a recuperanda a alienação e oneração de bens ou direitos de seu ativo permanente, a constituição de unidades produtivas isoladas ou arrendamento de parte de seu parque, desde que comprovada e reconhecida utilidade do ato e autorizado pelo juízo da recuperação judicial, nos moldes dos artigos 144 e 145 da lei 11.101/05.

Nos termos da lei de recuperação judicial, as unidades produtivas isoladas serão alienadas sem sucessão de qualquer forma aos adquirentes, conforme determina o art. 60 parágrafo único da LRF, devendo a devedora apresentar previamente em juízo laudo de avaliação confeccionado por empresa com experiência comprovada.

Eventual alienação de bens objetos de garantia real e alienação fiduciária, deverão, para tanto, contar com a anuência dos credores titulares desses bens, tudo isso nos moldes do § 1º do art. 50 da lei 11.101/05, devendo o respectivo credor, na hipótese de recusa, justificar sua decisão.



## 15 – DA FALÊNCIA

*“No direito brasileiro, abstraída a hipótese de desistência, não há terceira alternativa: quem requer o benefício da recuperação judicial ou o obtém ou terá sua falência decretada.” (In Comentários à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas – Fábio Ulhoa Coelho – 4ª. Edição, pag. 73)*

A Lei de Recuperações é rigorosa quanto à aprovação e ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Assim sendo, a decisão pela concessão da recuperação judicial da empresa está nas mãos da assembleia de credores.

Caso ocorra a decretação da falência da empresa teremos a seguinte ordem de liquidação dos créditos, além do pagamento dos credores extraconcursais:

*Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:*

- I. Os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;*
- II. Créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;*
- III. Créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;*
- IV. Créditos com privilégio especial;*
- V. Créditos com privilégio geral;*
- VI. Créditos quirografários;*
- VII. As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;*
- VIII. Créditos subordinados.*

Conforme se observa, a hipótese de falência traria enorme prejuízo à classe de quirografários, pois primeiro são liquidados os saldos trabalhistas, saldos com garantia real, tributos e extraconcursais e, o restante será rateado aos demais credores.

Diante do quadro exposto a **“TUIUTI”** entende que a falência não é uma alternativa vantajosa em relação a proposta constante do presente aditamento, que trata todos os credores de maneira igualitária e que demonstra com clareza e consistência que a continuidade das operações possibilitará a liquidação de todas as dívidas conforme fluxo de pagamento descrito no item 4 do presente aditamento ao Plano de Recuperação Judicial.



Para fins de ilustração, apresentamos, abaixo, o demonstrativo da liquidação dos créditos em caso de falência:

	EM (R\$)
<b>ATIVOS</b>	
TOTAL DE IMOBILIZADO (BENS AVALIADOS)	R\$ 61.399.360,94
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>R\$ 61.399.360,94</b>
<b>% PARA VENDA FORÇADA</b>	<b>80%</b>
<b>VALOR DA PROVÁVEL REALIZAÇÃO DOS ATIVOS</b>	<b>R\$ 49.119.488,75</b>
<b>PASSIVOS</b>	
TRABALHISTAS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	R\$ 539.073,53
RESCISÕES TRABALHISTAS (ESTIMADO)	R\$ 2.360.523,38
<b>TOTAL DE TRABALHISTA</b>	<b>R\$ 3.439.073,53</b>
<b>CREDORES COM GARANTIAS REAIS</b>	<b>R\$ 66.629.655,51</b>
<b>CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS</b>	<b>R\$ 19.823.349,01</b>
<b>TRIBUTOS</b>	<b>R\$ 47.283.198,50</b>
<b>TOTAL DE TRABALHISTA, EXTRACONCURSAL E TRIBUTOS</b>	<b>R\$ 136.635.799,94</b>
<b>SALDO APÓS TRABALHISTAS, GARANTIA REAL, EXTRACONCURSAIS E TRIBUTOS</b>	<b>-R\$ 87.516.311,18</b>
<b>CREDORES QUIROGRAFÁRIOS</b>	<b>R\$ 148.196.272,77</b>
<b>SALDO FINAL - APÓS TODAS LIQUIDAÇÕES</b>	<b>-R\$ 235.712.583,95</b>



## 16 – RESUMO “CONCLUSÃO”

O plano de recuperação judicial proposto atende cabalmente os princípios da Lei 11.101/2005, no sentido da tomada de medidas aptas à recuperação financeira, econômica e comercial da “TUIUTI”.

O presente Plano cumpre a finalidade da Lei, de forma detalhada e minuciosa, sendo fundamentado com planilhas financeiras de projeções contábeis e de fluxo de caixa, comprovando a probabilidade de pagamento aos credores e a viabilidade econômica da empresa.

Saliente-se ainda que o Plano de recuperação apresentado demonstra a viabilidade financeira e econômica da entidade, desde que conferidos novos prazos e condições de pagamentos aos credores.

Os conceitos que foram aplicados têm por objetivo fazer com que a “TUIUTI” agilize, os pagamentos dentro do prazo estabelecido.

Desta forma, considerando que a recuperação financeira da “TUIUTI” é medida que trará benefícios a sociedade como um todo, através da geração de empregos e riqueza ao país, somado ao fato de que as medidas financeiras, de comercialização e de reestruturação interna, em conjunto com o parcelamento de débitos são condições que possibilitarão a efetiva retomada dos negócios, temos que, ao teor da Lei 11.101/2005 e de seus princípios norteadores, que prevê a possibilidade de concessões judiciais e de prazos com credores para a efetiva recuperação judicial de empresas, vemos o presente Plano como a cabal solução para a continuidade da entidade.

Cabe esclarecer que todas as informações que fundamentaram a elaboração do presente Plano de recuperação, assim como os dados contábeis, projeções e análises, foram fornecidas pela “TUIUTI”. Da mesma forma, as afirmações e opiniões aqui expressadas refletem exclusivamente sua visão e entendimento dos fatos que o levaram a requerer sua recuperação judicial.

Ressalte-se que, como sucede com qualquer planejamento, seu efetivo resultado depende de inúmeros fatores, muitas vezes alheios ao controle e determinação de quem o está implantando.

É importante observar que o risco é inerente a qualquer empreendimento, e a incerteza inerente a qualquer projeção. Absolutamente impossível eliminá-los totalmente, por esse motivo procurou-se, de forma transparente, adotar premissas



cautelosas, a fim de não comprometer a realização do esforço a ser empregado.

Caso seja necessário, o plano de recuperação poderá sofrer futuras alterações, com modificação das propostas aqui declaradas. Para tanto, observar-se-ão as mesmas condições impostas pela Lei para sua tramitação, ou seja, aquiescência do devedor e aprovação em assembleia de credores, pelo mesmo critério de quórum que o tenha aprovado inicialmente.

Após o cumprimento dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/05, a **“TUIUTI”** compromete-se a honrar os subsequentes pagamentos na forma estabelecida no presente Plano de recuperação, devidamente homologado pelo Juízo competente.

Uma vez concedida a recuperação judicial, o Plano de recuperação obriga a **“TUIUTI”**, seus credores e sucessores a qualquer título, sendo que sua inobservância, por parte do devedor acarretará a decretação de sua falência, na forma do artigo 94 III "g", da Lei 11.101/05.

Amparo - SP, 02 de maio de 2017.

**PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL AGROPECUARIA TUIUTI S.A**  
**II - Demonstração do Resultado**



DESCRIÇÃO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>296.844.861</b>	<b>297.735.395</b>	<b>298.628.601</b>	<b>299.524.487</b>	<b>300.423.061</b>	<b>301.324.330</b>	<b>302.228.303</b>	<b>303.134.988</b>	<b>304.044.393</b>	<b>304.956.526</b>	<b>305.261.482</b>	<b>305.566.744</b>	<b>305.872.311</b>
RECEITA BRUTA DE VENDAS	296.844.861	297.735.395	298.628.601	299.524.487	300.423.061	301.324.330	302.228.303	303.134.988	304.044.393	304.956.526	305.261.482	305.566.744	305.872.311
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(55.908.750)</b>	<b>(56.076.474)</b>	<b>(56.244.703)</b>	<b>(56.413.437)</b>	<b>(56.582.677)</b>	<b>(56.752.425)</b>	<b>(56.922.683)</b>	<b>(57.093.451)</b>	<b>(57.264.731)</b>	<b>(57.436.527)</b>	<b>(57.493.964)</b>	<b>(57.551.458)</b>	<b>(57.609.009)</b>
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDA	(52.940.301)	(53.099.120)	(53.258.417)	(53.418.192)	(53.578.447)	(53.739.182)	(53.900.400)	(54.062.101)	(54.224.287)	(54.386.962)	(54.441.349)	(54.495.790)	(54.550.286)
(-) DEVOLUÇÕES	(2.968.449)	(2.977.354)	(2.986.286)	(2.995.245)	(3.004.231)	(3.013.243)	(3.022.283)	(3.031.350)	(3.040.444)	(3.049.565)	(3.052.615)	(3.055.667)	(3.058.723)
	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%	-17,83%
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>240.936.111</b>	<b>241.658.922</b>	<b>242.383.898</b>	<b>243.111.050</b>	<b>243.840.383</b>	<b>244.571.904</b>	<b>245.305.620</b>	<b>246.041.537</b>	<b>246.779.662</b>	<b>247.519.999</b>	<b>247.767.519</b>	<b>248.015.286</b>	<b>248.263.302</b>
<b>CUSTOS DAS VENDAS</b>	<b>(194.896.452)</b>	<b>(195.445.002)</b>	<b>(195.995.199)</b>	<b>(196.547.045)</b>	<b>(197.100.547)</b>	<b>(197.655.710)</b>	<b>(198.212.538)</b>	<b>(198.771.037)</b>	<b>(199.331.211)</b>	<b>(199.893.066)</b>	<b>(200.080.913)</b>	<b>(200.268.947)</b>	<b>(200.457.170)</b>
(-) CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO	(194.896.452)	(195.445.002)	(195.995.199)	(196.547.045)	(197.100.547)	(197.655.710)	(198.212.538)	(198.771.037)	(199.331.211)	(199.893.066)	(200.080.913)	(200.268.947)	(200.457.170)
	-80,89%	-80,88%	-80,86%	-80,85%	-80,83%	-80,82%	-80,80%	-80,79%	-80,77%	-80,76%	-80,75%	-80,75%	-80,74%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>46.039.659</b>	<b>46.213.919</b>	<b>46.388.700</b>	<b>46.564.005</b>	<b>46.739.836</b>	<b>46.916.194</b>	<b>47.093.082</b>	<b>47.270.500</b>	<b>47.448.450</b>	<b>47.626.933</b>	<b>47.686.606</b>	<b>47.746.339</b>	<b>47.806.131</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)
	-1,83%	-1,83%	-1,82%	-1,82%	-1,81%	-1,81%	-1,80%	-1,79%	-1,79%	-1,78%	-1,78%	-1,78%	-1,78%
DESPESAS COM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(2.584.533)	(1.804.533)	(1.804.533)	(1.201.511)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-1,07%	-0,75%	-0,74%	-0,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS COMERCIAIS/LOGÍSTICA	(24.284.935)	(24.341.782)	(24.398.799)	(24.455.987)	(24.513.346)	(24.570.878)	(24.628.582)	(24.686.459)	(24.744.510)	(24.802.735)	(24.822.202)	(24.841.688)	(24.861.193)
	-10,08%	-10,07%	-10,07%	-10,06%	-10,05%	-10,05%	-10,04%	-10,03%	-10,03%	-10,02%	-10,02%	-10,02%	-10,01%
DESPESAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)
	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,08%	-0,07%	-0,07%	-0,07%	-0,07%	-0,07%	-0,07%	-0,07%	-0,07%
RESULTADO FINANCEIRO	(22.455.432)	(22.238.169)	(22.440.493)	(22.643.005)	(22.705.906)	(22.768.994)	(22.832.272)	(22.895.740)	(22.959.399)	(23.023.248)	(23.044.595)	(23.065.963)	(23.087.353)
	-9,32%	-9,20%	-9,26%	-9,31%	-9,31%	-9,31%	-9,31%	-9,31%	-9,30%	-9,30%	-9,30%	-9,30%	-9,30%
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>(53.924.001)</b>	<b>(52.983.585)</b>	<b>(53.242.927)</b>	<b>(52.899.605)</b>	<b>(51.818.353)</b>	<b>(51.938.974)</b>	<b>(52.059.956)</b>	<b>(52.181.301)</b>	<b>(52.303.010)</b>	<b>(52.425.085)</b>	<b>(52.465.898)</b>	<b>(52.506.753)</b>	<b>(52.547.648)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(7.884.343)</b>	<b>(6.769.666)</b>	<b>(6.854.227)</b>	<b>(6.335.600)</b>	<b>(5.078.517)</b>	<b>(5.022.779)</b>	<b>(4.966.874)</b>	<b>(4.910.801)</b>	<b>(4.854.560)</b>	<b>(4.798.152)</b>	<b>(4.779.292)</b>	<b>(4.760.414)</b>	<b>(4.741.516)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>8,37%</b>	<b>8,71%</b>	<b>8,74%</b>	<b>9,01%</b>	<b>9,52%</b>	<b>9,54%</b>	<b>9,56%</b>	<b>9,58%</b>	<b>9,60%</b>	<b>9,62%</b>	<b>9,63%</b>	<b>9,63%</b>	<b>9,64%</b>
DEPRECIACÃO	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190
<b>DESPESAS FINANCEIRAS - (ATUALIZAÇÃO DO PASSIVO TRIB.)</b>	<b>(5.236.916)</b>	<b>(5.208.820)</b>	<b>(4.625.449)</b>	<b>(4.042.077)</b>	<b>(3.464.209)</b>	<b>(2.886.841)</b>	<b>(2.309.472)</b>	<b>(1.732.104)</b>	<b>(1.154.736)</b>	<b>(577.368)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Carregamento da Dívida Tributária	(5.236.916)	(5.208.820)	(4.625.449)	(4.042.077)	(3.464.209)	(2.886.841)	(2.309.472)	(1.732.104)	(1.154.736)	(577.368)	0	0	0
<b>DESPESAS FINANCEIRAS - (ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS)</b>	<b>(2.037.980)</b>	<b>(1.832.743)</b>	<b>(1.253.301)</b>	<b>(734.272)</b>	<b>(286.376)</b>	<b>-</b>							
Atualização de Créditos Fora da Recuperação Judicial	(2.037.980)	(1.832.743)	(1.253.301)	(734.272)	(286.376)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS (ANTES DOS IMPOSTOS)</b>	<b>(15.159.238)</b>	<b>(13.811.229)</b>	<b>(12.732.977)</b>	<b>(11.111.949)</b>	<b>(8.829.103)</b>	<b>(7.909.620)</b>	<b>(7.276.347)</b>	<b>(6.642.906)</b>	<b>(6.009.296)</b>	<b>(5.375.520)</b>	<b>(4.779.292)</b>	<b>(4.760.414)</b>	<b>(4.741.516)</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (ANTES DOS IMPOSTOS)</b>	<b>(15.159.238)</b>	<b>(13.811.229)</b>	<b>(12.732.977)</b>	<b>(11.111.949)</b>	<b>(8.829.103)</b>	<b>(7.909.620)</b>	<b>(7.276.347)</b>	<b>(6.642.906)</b>	<b>(6.009.296)</b>	<b>(5.375.520)</b>	<b>(4.779.292)</b>	<b>(4.760.414)</b>	<b>(4.741.516)</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS após comp.PJ e BNCSL</b>	<b>(15.159.238)</b>	<b>(13.811.229)</b>	<b>(12.732.977)</b>	<b>(11.111.949)</b>	<b>(8.829.103)</b>	<b>(7.909.620)</b>	<b>(7.276.347)</b>	<b>(6.642.906)</b>	<b>(6.009.296)</b>	<b>(5.375.520)</b>	<b>(4.779.292)</b>	<b>(4.760.414)</b>	<b>(4.741.516)</b>
CSLL / IRPJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL Devido (Suspensão e/ou Redução)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO OU PREJUÍZO (DEPOIS DOS IMPOSTOS)</b>	<b>(15.159.238)</b>	<b>(13.811.229)</b>	<b>(12.732.977)</b>	<b>(11.111.949)</b>	<b>(8.829.103)</b>	<b>(7.909.620)</b>	<b>(7.276.347)</b>	<b>(6.642.906)</b>	<b>(6.009.296)</b>	<b>(5.375.520)</b>	<b>(4.779.292)</b>	<b>(4.760.414)</b>	<b>(4.741.516)</b>

**PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**AGROPECUARIA TUIUTI S.A.**  
**I - Fluxo de Caixa**

DESCRIÇÃO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>296.844.861</b>	<b>297.735.395</b>	<b>298.628.601</b>	<b>299.524.487</b>	<b>300.423.061</b>	<b>301.324.330</b>	<b>302.228.303</b>	<b>303.134.988</b>	<b>304.044.393</b>	<b>304.956.526</b>	<b>305.261.482</b>	<b>305.566.744</b>	<b>305.872.336</b>
RECEITA BRUTA DE VENDAS	296.844.861	297.735.395	298.628.601	299.524.487	300.423.061	301.324.330	302.228.303	303.134.988	304.044.393	304.956.526	305.261.482	305.566.744	305.872.336
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(55.908.750)</b>	<b>(56.076.474)</b>	<b>(56.244.703)</b>	<b>(56.413.437)</b>	<b>(56.582.677)</b>	<b>(56.752.425)</b>	<b>(56.922.683)</b>	<b>(57.093.451)</b>	<b>(57.264.731)</b>	<b>(57.436.527)</b>	<b>(57.493.964)</b>	<b>(57.551.458)</b>	<b>(57.609.009)</b>
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDA	(52.940.301)	(53.099.120)	(53.258.417)	(53.418.192)	(53.578.447)	(53.739.182)	(53.900.400)	(54.062.101)	(54.224.287)	(54.386.962)	(54.441.349)	(54.495.790)	(54.550.269)
(-) DEVOLUÇÕES	(2.968.449)	(2.977.354)	(2.986.286)	(2.995.245)	(3.004.231)	(3.013.243)	(3.022.283)	(3.031.350)	(3.040.444)	(3.049.565)	(3.052.615)	(3.055.667)	(3.058.740)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>240.936.111</b>	<b>241.658.922</b>	<b>242.383.898</b>	<b>243.111.050</b>	<b>243.840.383</b>	<b>244.571.904</b>	<b>245.305.620</b>	<b>246.041.537</b>	<b>246.779.662</b>	<b>247.519.999</b>	<b>247.767.519</b>	<b>248.015.286</b>	<b>248.263.327</b>
<b>CUSTOS DAS VENDAS</b>	<b>(194.896.452)</b>	<b>(195.445.002)</b>	<b>(195.995.199)</b>	<b>(196.547.045)</b>	<b>(197.100.547)</b>	<b>(197.655.710)</b>	<b>(198.212.538)</b>	<b>(198.771.037)</b>	<b>(199.331.211)</b>	<b>(199.893.066)</b>	<b>(200.080.913)</b>	<b>(200.268.947)</b>	<b>(200.457.100)</b>
(-) CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO	(194.896.452)	(195.445.002)	(195.995.199)	(196.547.045)	(197.100.547)	(197.655.710)	(198.212.538)	(198.771.037)	(199.331.211)	(199.893.066)	(200.080.913)	(200.268.947)	(200.457.100)
	-80,89%	-80,88%	-80,86%	-80,85%	-80,83%	-80,82%	-80,80%	-80,79%	-80,77%	-80,76%	-80,75%	-80,75%	-80,74%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>46.039.659</b>	<b>46.213.919</b>	<b>46.388.700</b>	<b>46.564.005</b>	<b>46.739.836</b>	<b>46.916.194</b>	<b>47.093.082</b>	<b>47.270.500</b>	<b>47.448.450</b>	<b>47.626.933</b>	<b>47.686.606</b>	<b>47.746.339</b>	<b>47.806.187</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)	(4.416.035)
DESPESAS COM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(2.584.533)	(1.804.533)	(1.804.533)	(1.201.511)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COMERCIAIS	(24.284.935)	(24.341.782)	(24.398.799)	(24.455.987)	(24.513.346)	(24.570.878)	(24.628.582)	(24.686.459)	(24.744.510)	(24.802.735)	(24.822.202)	(24.841.688)	(24.861.199)
DESPESAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)	(183.067)
RESULTADO FINANCEIRO	(22.455.432)	(22.238.169)	(22.440.493)	(22.643.005)	(22.705.906)	(22.768.994)	(22.832.272)	(22.895.740)	(22.959.399)	(23.023.248)	(23.044.595)	(23.065.963)	(23.087.330)
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>(53.924.001)</b>	<b>(52.983.585)</b>	<b>(53.242.927)</b>	<b>(52.899.605)</b>	<b>(51.818.353)</b>	<b>(51.938.974)</b>	<b>(52.059.956)</b>	<b>(52.181.301)</b>	<b>(52.303.010)</b>	<b>(52.425.085)</b>	<b>(52.465.898)</b>	<b>(52.506.753)</b>	<b>(52.547.600)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(7.884.343)</b>	<b>(6.769.666)</b>	<b>(6.854.227)</b>	<b>(6.335.600)</b>	<b>(5.078.517)</b>	<b>(5.022.779)</b>	<b>(4.966.874)</b>	<b>(4.910.801)</b>	<b>(4.854.560)</b>	<b>(4.798.152)</b>	<b>(4.779.292)</b>	<b>(4.760.414)</b>	<b>(4.741.516)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>8,37%</b>	<b>8,71%</b>	<b>8,74%</b>	<b>9,01%</b>	<b>9,52%</b>	<b>9,54%</b>	<b>9,56%</b>	<b>9,58%</b>	<b>9,60%</b>	<b>9,62%</b>	<b>9,63%</b>	<b>9,63%</b>	<b>9,64%</b>
ESTORNO DA DEPRECIAÇÃO	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190	5.587.190
<b>CAIXA OPERACIONAL</b>	<b>(2.297.152)</b>	<b>(1.182.476)</b>	<b>(1.267.036)</b>	<b>(748.409)</b>	<b>508.673</b>	<b>564.411</b>	<b>620.316</b>	<b>676.389</b>	<b>732.630</b>	<b>789.038</b>	<b>807.898</b>	<b>826.777</b>	<b>845.674</b>
<b>PAGAMENTO DE TRIBUTOS</b>	<b>(9.999.133)</b>	<b>(9.971.037)</b>	<b>(9.387.666)</b>	<b>(8.759.370)</b>	<b>(8.177.418)</b>	<b>(7.600.050)</b>	<b>(7.022.682)</b>	<b>(6.445.313)</b>	<b>(5.867.945)</b>	<b>(5.290.577)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
TRIBUTOS NÃO PARCELADOS - SIMULAÇÃO PARCELAMENTO	(9.999.133)	(9.971.037)	(9.387.666)	(8.759.370)	(8.177.418)	(7.600.050)	(7.022.682)	(6.445.313)	(5.867.945)	(5.290.577)	0	0	0
<b>PAGAMENTO DE OUTRAS DESPESAS</b>	<b>-</b>												
PAGAMENTOS DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PAGAMENTO DO ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO</b>	<b>(6.900.160)</b>	<b>(6.562.883)</b>	<b>(5.490.269)</b>	<b>(4.390.566)</b>	<b>(2.624.144)</b>	<b>-</b>							
DESPESAS COM FINAME/EMPRESIMOS/FINANCIAMENTOS	(6.900.160)	(6.562.883)	(5.490.269)	(4.390.566)	(2.624.144)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>(501.741)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.431.111)</b>	<b>(5.608.329)</b>	<b>(4.891.438)</b>	<b>(6.132.641)</b>	<b>(4.182.706)</b>	<b>(4.935.593)</b>	<b>(742.560)</b>	<b>(6.194.188)</b>	<b>(9.920.611)</b>	<b>(9.930.533)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LIVRE GERADO</b>	<b>(19.698.187)</b>	<b>(17.716.395)</b>	<b>(16.144.971)</b>	<b>(16.329.456)</b>	<b>(15.901.218)</b>	<b>(11.927.077)</b>	<b>(12.535.006)</b>	<b>(9.951.631)</b>	<b>(10.070.908)</b>	<b>(5.244.099)</b>	<b>(5.386.290)</b>	<b>(9.093.835)</b>	<b>(9.084.835)</b>
<b>CAIXA INICIAL</b>	<b>-</b>	<b>548.722</b>	<b>454.306</b>	<b>540.732</b>	<b>(91.528)</b>	<b>327.121</b>	<b>679.544</b>	<b>532.433</b>	<b>202.914</b>	<b>22.255</b>	<b>204.230</b>	<b>564.465</b>	<b>2.974.607</b>
<b>CAPTAÇÃO/PAGAMENTO DE RECURSOS CAPITAL DE GIRO</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(500.000)</b>	<b>(500.000)</b>	<b>-</b>								
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>								
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(500.000)</b>	<b>(500.000)</b>	<b>-</b>								
<b>SALDO FINAL</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>									
<b>GERAÇÃO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>(19.698.187)</b>	<b>(17.716.395)</b>	<b>(16.144.971)</b>	<b>(16.329.456)</b>	<b>(15.901.218)</b>	<b>(11.927.077)</b>	<b>(12.535.006)</b>	<b>(9.951.631)</b>	<b>(10.070.908)</b>	<b>(5.244.099)</b>	<b>(5.386.290)</b>	<b>(9.093.835)</b>	<b>(9.084.835)</b>
<b>OUTRAS ENTRADAS E SAÍDAS DE CAIXA</b>	<b>20.791.373</b>	<b>20.853.747</b>	<b>20.916.308</b>	<b>20.979.057</b>	<b>21.041.995</b>	<b>21.105.121</b>	<b>21.168.436</b>	<b>21.231.941</b>	<b>21.295.637</b>	<b>21.359.524</b>	<b>21.380.883</b>	<b>21.402.264</b>	<b>21.423.630</b>
INCENTIVOS E COMPENSAÇÕES FISCAIS	20.791.373	20.853.747	20.916.308	20.979.057	21.041.995	21.105.121	21.168.436	21.231.941	21.295.637	21.359.524	21.380.883	21.402.264	21.423.630
<b>TOTAL OUTRAS ENTRADAS E SAÍDAS DE CAIXA</b>	<b>20.791.373</b>	<b>20.853.747</b>	<b>20.916.308</b>	<b>20.979.057</b>	<b>21.041.995</b>	<b>21.105.121</b>	<b>21.168.436</b>	<b>21.231.941</b>	<b>21.295.637</b>	<b>21.359.524</b>	<b>21.380.883</b>	<b>21.402.264</b>	<b>21.423.630</b>
<b>TOTAL AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(544.464)</b>	<b>(4.231.768)</b>	<b>(4.184.911)</b>	<b>(4.781.862)</b>	<b>(4.722.128)</b>	<b>(8.825.620)</b>	<b>(8.780.540)</b>	<b>(11.609.829)</b>	<b>(11.405.388)</b>	<b>(15.933.450)</b>	<b>(15.634.358)</b>	<b>(9.898.287)</b>	<b>(9.707.933)</b>
AMORTIZAÇÃO CREDORES TRABALHISTAS	(544.464)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO CREDORES GARANTIA REAL	-	(2.378.679)	(2.344.698)	(2.310.716)	(2.276.735)	(4.621.433)	(4.539.878)	(4.458.324)	(4.376.769)	(5.654.459)	(5.545.719)	-	-
AMORTIZAÇÃO CREDORES QUIROGRAFÁRIOS	-	(1.784.547)	(1.772.650)	(2.355.602)	(2.331.808)	(4.092.561)	(4.033.076)	(6.947.836)	(6.828.866)	(10.278.991)	(10.088.639)	(9.898.287)	(9.707.933)
AMORTIZAÇÃO CREDORES QUIROGRAFÁRIOS - ME EPP	-	(68.543)	(67.563)	(115.543)	(113.585)	(111.626)	(207.586)	(203.669)	(199.753)	-	-	-	-
<b>FREE CASH FLOW (FLUXO DE CAIXA LIVRE FINAL)</b>	<b>548.722</b>	<b>454.306</b>	<b>540.732</b>	<b>(91.528)</b>	<b>327.121</b>	<b>679.544</b>	<b>532.433</b>	<b>202.914</b>	<b>22.255</b>	<b>204.230</b>	<b>564.465</b>	<b>2.974.607</b>	<b>5.605.464</b>